São Paulo, 27 de março de 2014. A Senior Solution S.A. (BM&FBOVESPA: SNSL3), empresa líder no desenvolvimento e comercialização de softwares aplicativos para o setor financeiro no Brasil, anuncia hoje os resultados consolidados do 4T13 e 2013. Nossas informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Release de Resultados – 4T13

Contatos de RI

Thiago Rocha
Diretor de RI
thiago.rocha@seniorsolution.com.br
55 (11) 2182-4922

Pedro Torres
Analista de RI
pedro.torres@seniorsolution.com.br
55 (11) 3478-4711

Julia Zuppani
Analista de MKT/RI
julia.zuppani@seniorsolution.com.br
55 (11) 3478-4791

www.seniorsolution.com.br/ri

Destaques do trimestre

- Apresentamos receita líquida recorde de R$ 15.505 mil (+34,0% vs. 4T12) destacando o bom desempenho das unidades de Consultoria (+34,3% vs. 4T12) e Outsourcing (+23,2% vs. 4T12), bem como a consolidação dos resultados da Drive.

- Obtivemos, pelo terceiro trimestre consecutivo, um importante ganho de lucratividade. O EBITDA ajustado atingiu o recorde de R$ 2.195 mil (+67,9% vs. 4T12), e a margem EBITDA ajustada alcançou de 14,2% (+2,9 p.p. vs. 4T12).

- As iniciativas relacionadas à integração operacional da Drive, reportadas no trimestre anterior, proporcionaram um aumento da margem bruta da unidade para 48,7% (+5,8 p.p. vs. 3T13), sem considerar os custos não recorrentes.

Destaques financeiros								
R$ mil	4T13	4T12	Variação	3T13	Variação	2013	2012	Variação
Receita líquida	15.505	11.571	34,0%	14.370	7,9%	51.196	46.246	10,7%
EBITDA ajustado	2.195	1.308	67,9%	1.492	47,2%	5.102	6.710	-24,0%
Margem EBITDA ajustada	14,2%	11,3%	+2,9 p.p.	10,4%	+3,8 p.p.	10,0%	14,5%	-4,5 p.p.
Lucro líquido ajustado	2.033	(445)	-557,2%	1.422	43,0%	5.310	3.642	45,8%
Margem líquida ajustada	13,1%	-3,8%	+17,0 p.p.	9,9%	+3,2 p.p.	10,4%	7,9%	+2,5 p.p.

Mensagem da administração

Encerramos o 4T13 com receita líquida recorde de R$ 15.505 mil, EBITDA ajustado recorde de R$ 2.195 mil e lucro líquido ajustado recorde de R$ 2.033 mil, reflexo das ações tomadas para crescimento e expansão de margens. Neste trimestre, merecem destaque o desempenho das unidades de Consultoria e Outsourcing, que apresentaram crescimento da receita líquida de 34,3% e 23,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior, bem como o atingimento de margem EBITDA ajustada de 14,2%.

Finalizamos 2013 com receita líquida recorde de R$ 51.196 mil, 10,7% superior à do ano anterior, EBITDA ajustado de R$ 5.102 mil e lucro líquido ajustado recorde de R$ 5.310 mil. Mesmo com desafios, 2013 foi um ano de melhorias contínuas, que terminou com os resultados recordes do quarto trimestre. Iniciamos 2014 confiantes na possibilidade de manter os bons resultados nos próximos trimestres.

Notamos que as perspectivas vivenciadas pela Companhia hoje são mais favoráveis do que as do início de 2013. Naquele momento, como já mencionamos em releases anteriores, o contexto de queda da taxa SELIC provocou uma ampla revisão dos orçamentos no segmento bancário, que represou investimentos em tecnologia da informação. Recentemente, o retorno da taxa SELIC ao patamar de dois dígitos aliado à necessidade de o segmento bancário dar vazão a projetos até então represados proporcionaram um ambiente mais positivo, embora ainda desafiador, principalmente pelas incertezas relacionadas ao impacto da Copa do Mundo e das eleições sobre o ambiente macroeconômico do país.

Com relação à estratégia de crescimento por aquisições, ao longo de 2013 avaliamos 21 oportunidades, avançamos substancialmente em 3 delas e concluímos uma transação, anunciada em junho. Temos consciência da importância das aquisições em nossa estratégia de longo prazo, mas nos comportamos e continuaremos nos comportando de maneira seletiva, priorizando oportunidades que apresentem bom racional estratégico, nível de precificação adequado e riscos compatíveis.

Desempenho operacional e financeiro trimestral

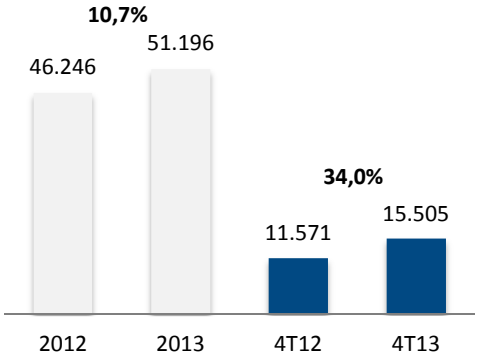
Receita líquida

Encerramos o 4T13 com receita líquida recorde de R$ 15.505 mil (+34,0% vs. 4T12), destacando o bom desempenho das unidades de Consultoria (+34,3% vs. 4T12) e Outsourcing (+23,2% vs. 4T12), bem como a consolidação dos resultados da Drive. O desempenho da unidade de Software (+4,9% vs. 4T12) contribuiu para compor o crescimento da receita líquida do trimestre.

Houve expansão do número de clientes faturados no trimestre para 149 (+40,6% vs. 4T12), em função da adição de 50 clientes da Drive, e ligeira redução no ticket médio líquido para R$ 104 mil/trimestre (-4,7% vs. 4T12) explicada pelo efeito da consolidação dos números da Drive bem como pela redução do volume de negócios de Serviços.

Na comparação com o 3T13, observamos que todas as unidades de negócio apresentaram crescimento, em especial as que compõe as receitas não recorrentes: a receita líquida de Serviços cresceu 26,0% e a de Consultoria cresceu 18,3% sobre o trimestre anterior.

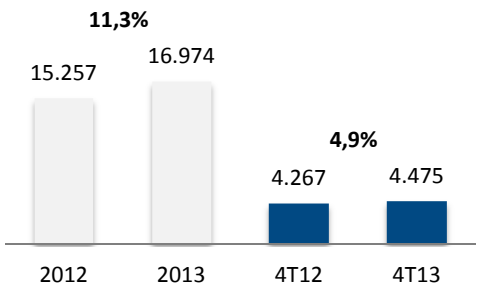
Gráfico 1 – Receita líquida (R$ mil)



Software

A receita líquida de Software alcançou R$ 4.475 mil no 4T13 (+4,9% vs. 4T12 e +3,5% vs. 3T13), aumento decorrente da correção dos contratos de licenciamento, suporte e manutenção pela inflação. O incremento dos valores contratuais do SBS no principal cliente, reportado em *releases* anteriores, já impactava a receita no 4T12 e portando aumentou a base de comparação YoY no 4T13.

Gráfico 2 – Receita líquida de Software (R$ mil)



O número de clientes atendidos pela unidade foi 53 no 4T13 (-5 vs. 4T12 e -4 vs. 3T13), por conta da redução de usuários do software Profit, clientes de baixo ticket e com baixa representatividade na receita líquida. O ticket médio líquido foi de R$ 84 mil/trimestre (+14,8% vs. 4T12 e +11,3% vs. 3T13) e se expandiu em virtude da saída de clientes de baixo ticket combinada com a correção dos contratos pela inflação.

Serviços

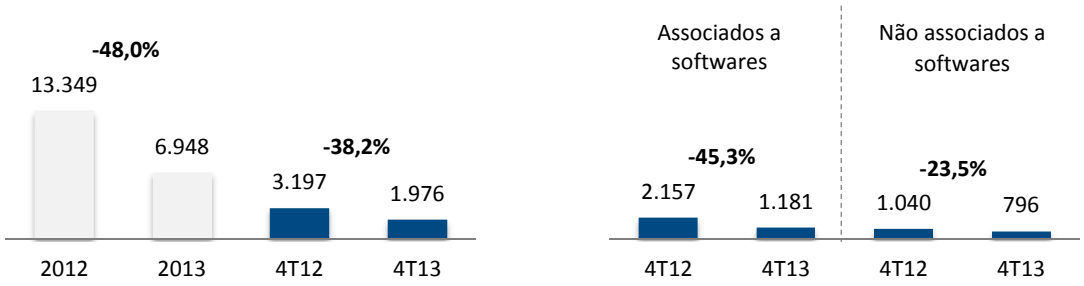
A unidade registrou receita líquida de R$ 1.976 mil no 4T13 (-38,2% vs. 4T12 e +26,0% vs. 3T13), refletindo a redução no volume de negócios ao longo do ano. A receita líquida de serviços associados a softwares reduziu para R$ 1.181 mil (-45,3% vs. 4T12 e -7,4% vs. 3T13), enquanto a de serviços não associados a softwares reduziu para R$ 796 mil (-23,5% vs. 4T13 e +171,9% vs. 3T13).

Na linha de serviços associados a softwares, apesar da redução na receita líquida observamos importantes avanços qualitativos, como por exemplo a obtenção de receitas de implantação em dois importantes clientes, relacionadas a projetos iniciados no 4T13. Espera-se que referidos clientes passem a gerar novas receitas de licenciamento, suporte e manutenção para a unidade de Software quando os projetos forem concluídos.

Na linha de serviços não associados a softwares, observamos recuperação significativa do volume de receita líquida, que saltou de zero no 2T13 para R$ 293 mil no 3T13 e para R$ 796 mil no 4T13. A recuperação deve-se à evolução dos negócios com uma importante financeira que passou a integrar a carteira de clientes no 2T13, conforme reportado em *release* anterior.

Gráfico 3 – Receita líquida de Serviços

A – Receita total (R$ mil) **B – Serviços associados vs. não associados a softwares**



Outsourcing

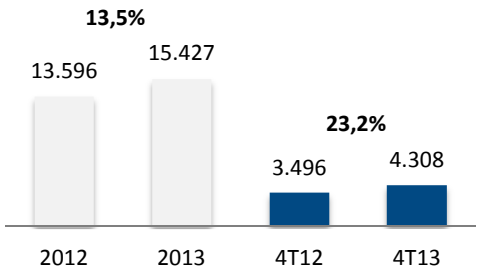
A receita líquida de Outsourcing de R$ 4.308 mil (+23,2% vs. 4T12 e +3,8% vs. 3T13) apresentou mais um trimestre de crescimento expressivo, evidenciando a resiliência da receita desta unidade de negócios e a continuidade da tendência de terceirização mesmo

em um ano marcado por retração nos investimentos em tecnologia da informação pela vertical financeira.

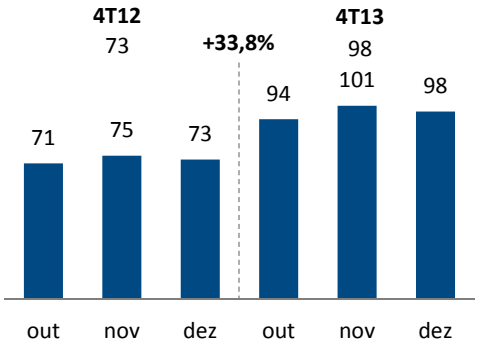
Observamos ampliação da carteira de clientes atendidos para 26 (+3 vs. 4T12 e +1 vs. 3T13), o que elevou o número médio de profissionais dedicados à atividade para 98 (+33,8% vs. 4T12 e +4,6% vs. 3T13), novo recorde trimestral. Além disso, observamos uma expansão do ticket médio líquido para R$ 166 mil/trimestre (+9,0% vs. 4T12 e -0,2% vs. 3T13).

Gráfico 4 – Desempenho de Outsourcing

A – Receita líquida de Outsourcing (R$ mil)



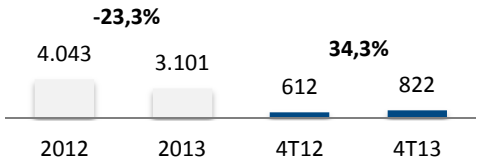
B – Número de profissionais



Consultoria

A receita líquida de Consultoria cresceu para R$ 822 mil no 4T13 (+34,3% vs. 4T12 e +18,3% vs. 3T13), proporcionada pelo significativo aumento do ticket médio (+34,3% vs. 4T12 e -4,3% vs. 3T13) influenciado por um projeto de grande porte iniciado no trimestre, em um cenário de estabilidade na carteira de clientes que se manteve em 21 (+0 vs. 4T12 e +4 vs. 3T13).

Gráfico 5 – Receita líquida de Consultoria (R$ mil)



Destacamos o aumento no pipeline de oportunidades comerciais ao longo do 4T13, já que alterações na regulamentação impulsionaram a demanda por projetos de autorização para funcionamento de instituições de pagamento e arranjos de pagamento. Após a publicação da Resolução 4.282 do Banco Central em novembro de 2013, os participantes deste mercado passaram a demandar serviços ofertados por consultorias como a Controlbanc. Referidos participantes deverão se adaptar à nova regulamentação até agosto de 2014.

Drive

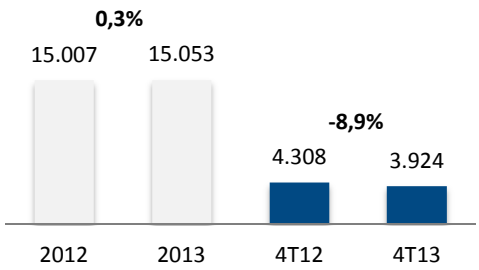
A receita líquida da Drive alcançou R$ 3.924 mil no trimestre (-8,9% vs. 4T12 e +7,9% vs. 3T13), refletindo a estabilidade da base de clientes e do ticket médio do negócio. Os

números foram influenciados pelo reconhecimento do INSS patronal como redutor da receita bruta a partir de junho de 2013, o que causa uma impacto de 2,0%.

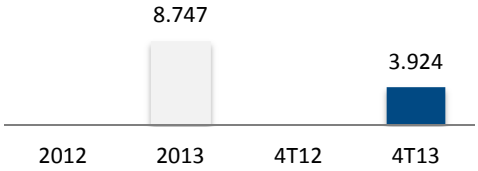
O crescimento em comparação com o 3T13 se deve à realização de projetos no principal cliente da empresa, à renovação contratual com o segundo principal cliente e consequente ampliação das receitas mensais, e também ao início de um projeto de implantação em um novo cliente do segmento de fundações. Lembramos que a receita líquida da Drive é composta majoritariamente por negócios relacionados à unidade de Software, e também por negócios de Serviços e Outsourcing.

Gráfico 6 – Desempenho da Drive

A – Receita líquida da Drive (R$ mil)



B – Receita líquida consolidada na Companhia (R$ mil)

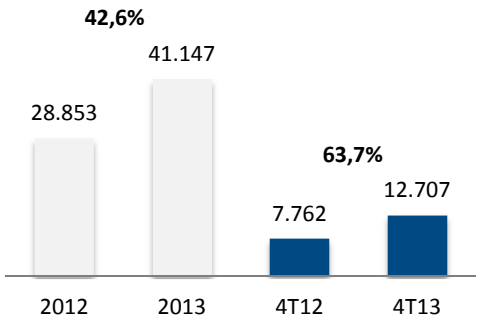


Habitualidade

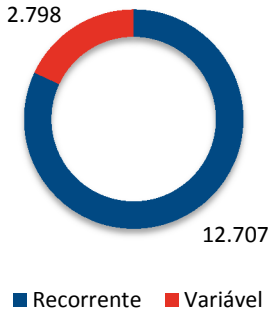
As receitas recorrentes alcançaram R$ 12.707 mil no 4T13 (+63,7% vs. 4T12 e +5,0% vs. 3T13), novo recorde trimestral, e representaram 82,0% do total. A expansão mais uma vez reflete a continuidade do crescimento das unidades de negócio que compõe a receita recorrente (Software, Outsourcing e Drive), menos impactadas pelo cenário conjuntural.

Gráfico 7 – Habitualidade das receitas

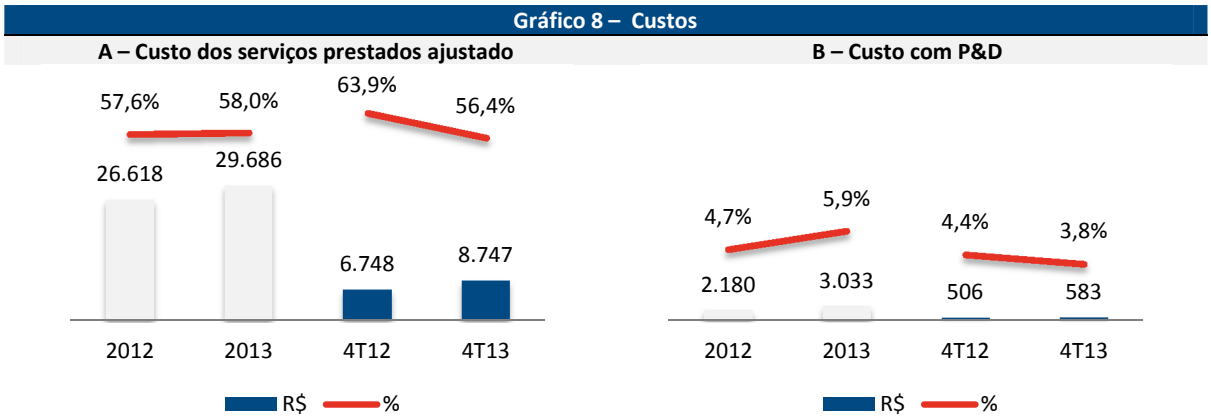
A – Receita recorrente (R$ mil)



B – Habitualidade no trimestre (R$ mil)



Custos dos serviços prestados e com P&D



O custo dos serviços prestados ajustado ajustado alcançou R$ 8.747 mil no 4T13 (+29,6% vs. 4T12 e +6,3% vs. 3T13). O aumento entre 2012 e 2013 deve-se principalmente à consolidação dos custos da Drive. O custo dos serviços prestados ajustados é resultante do custo dos serviços prestados ajustado pelos dividendos diferenciados pagos aos quotistas minoritários da Controlbanc.

O custo com P&D foi de R$ 583 mil no 4T13 (+15,2% vs. 4T12 e -29,1% vs. 3T13) e representou 3,8% da receita líquida no trimestre. No ano, o custo com P&D representou 5,9% da receita líquida, dentro da faixa esperada de 4,0% a 6,0%, e confirmou a tendência de queda ao longo do tempo por conta da decisão de concentrar no primeiro semestre os investimentos na migração do software SIAN para o SBS. Vale lembrar que as práticas contábeis adotadas pela Drive não permitiram segregar o custo com P&D do custo dos serviços prestados em 2013.

Analisando o custo ajustado por unidade de negócios, observamos R$ 1.930 mil (+19,0% vs. 4T12 e -5,0% vs. 3T13) na unidade de Software, com redução sobre o trimestre anterior em virtude da finalização da ampliação temporária do quadro de colaboradores realizada no 3T13, necessária para atender às exigências de manutenção de sistemas relacionadas à integração das *clearings* da BM&FBOVESPA.

A unidade de Serviços apresentou custo ajustado de R$ 1.549 mil no 4T13 (-28,3% vs. 4T12 e +23,5% vs. 3T13). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a redução reflete o efeito da readequação do quadro de colaboradores ao novo patamar de receita. Na comparação com o trimestre anterior, o aumento se deve à adição de profissionais à equipe de serviços não associados a software alocados ao principal projeto em andamento.

Em Outsourcing, houve aumento do custo ajustado para R$ 3.372 mil no 4T13 (+17,8% vs. 4T12 e +5,6% vs. 3T13) em consequência da elevação do número médio de profissionais dedicados à atividade, conforme explicado anteriormente neste *release*. O custo também foi impactado pela redução do número de posições em um dos principais clientes e consequentes desligamentos.

A Consultoria apresentou redução do custo ajustado para R$ 466 mil no 4T13 (-23,2% vs. 4T12 e -6,5% vs. 3T13), consequência do constante processo de readequação da equipe ao volume de projetos, que apresenta sazonalidade relevante.

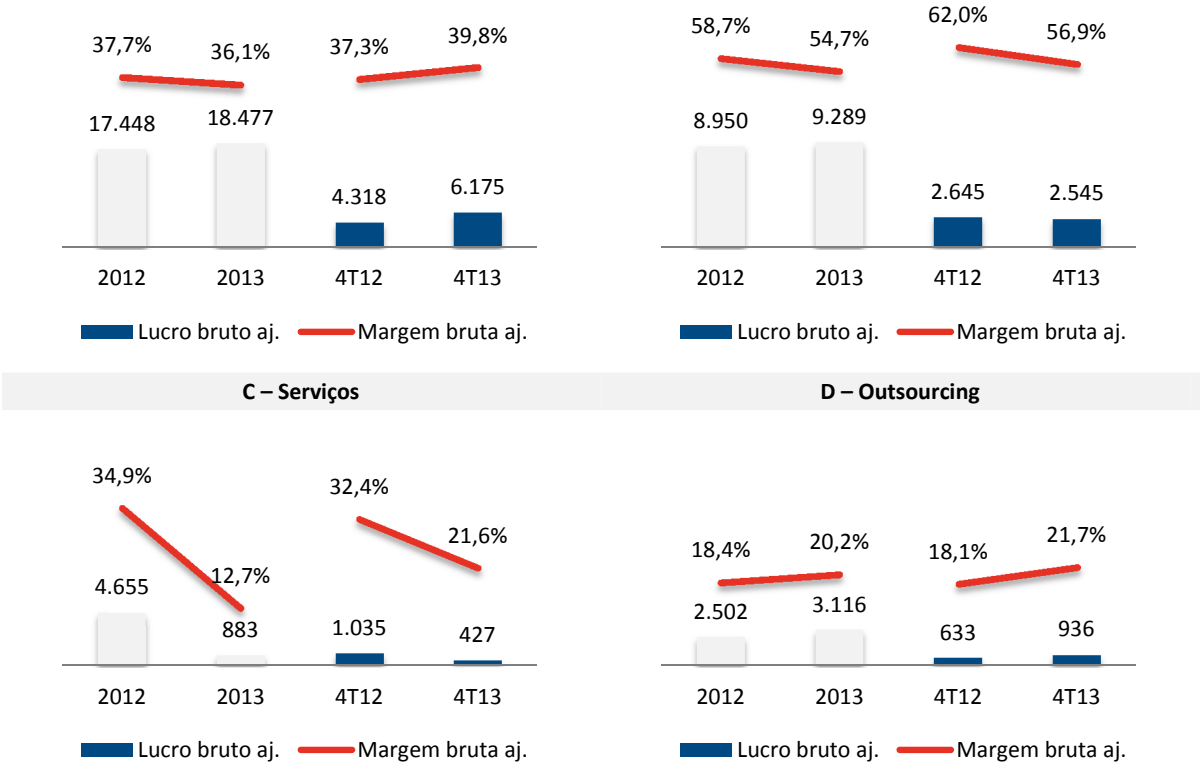
Consolidamos R$ 2.013 mil (-3,1% vs. 3T13) referentes ao custo da Drive em nossos resultados trimestrais. As iniciativas relacionadas à integração operacional da Drive geraram um custo não recorrente de R$ 71 mil no período. Como a maior parte das iniciativas foi tomada no mês de novembro, não surtiram impacto relevante sobre os números do 4T13.

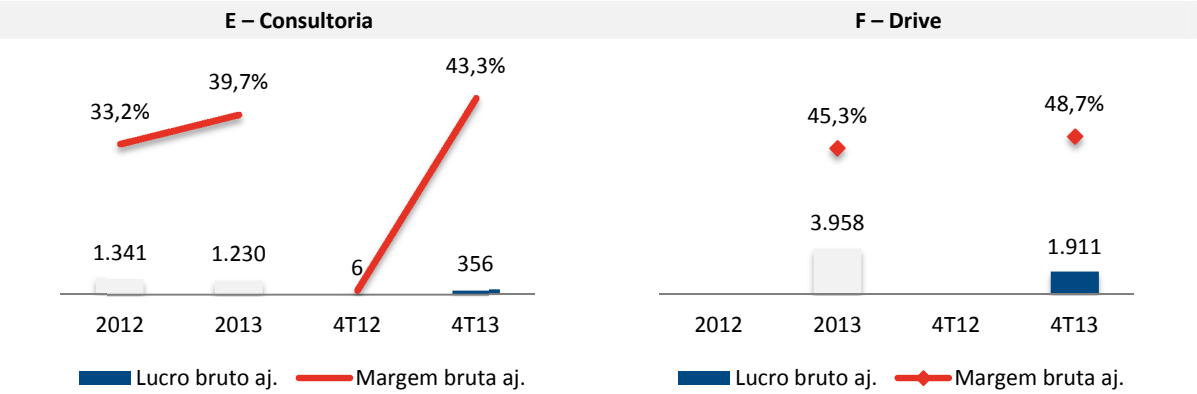
Lucro bruto ajustado

Registramos um lucro bruto ajustado de R$ 6.175 mil no 4T13 (+43,0% vs. 4T12 e +16,2% vs. 3T13), com margem bruta ajustada de 39,8% (+2,5 p.p. vs. 4T12 e +2,8 p.p. vs. 3T13). As unidades que mais contribuíram para o lucro bruto ajustado foram Software (R$ 2.545 mil) e Drive (R$ 1.911 mil).

Destacamos a recuperação do lucro bruto ajustado de Serviços , que iniciou com prejuízo de R$ 128 mil no 1T13 e margem de -7,1%, tendo encerrado o 4T13 com lucro bruto ajustado de R$ 427 mil e margem de 21,6%, com possibilidade de retornar ao patamar de 2012 no curto prazo.

Gráfico 9 – Lucro bruto ajustado total e por unidade (R$ mil)

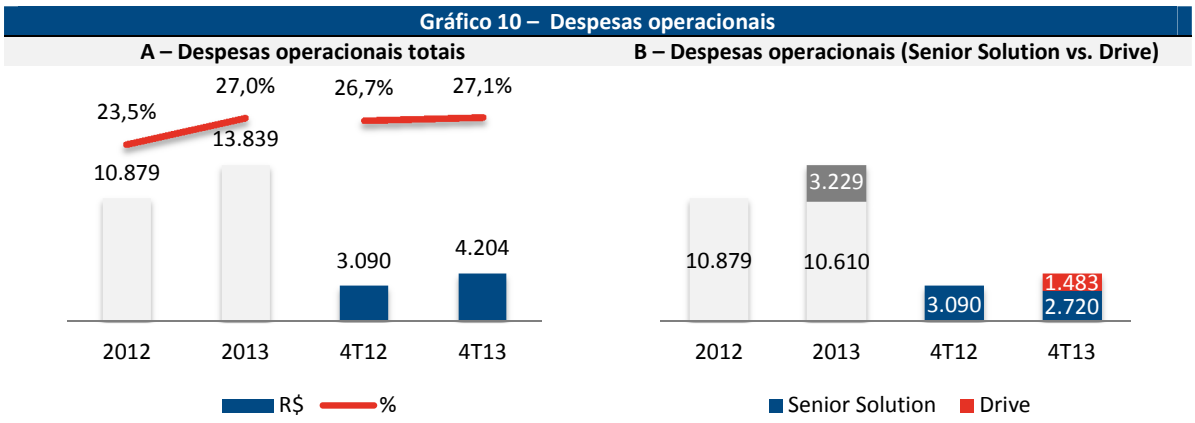




Despesas operacionais

As despesas operacionais foram de R$ 4.204 mil no 4T13 (+36,1% vs. 4T12 e +3,8% vs. 3T13, o equivalente a 27,1% da receita líquida. Desse valor, R$ 2.720 mil referem-se à Senior Solution (-12,0% vs. 4T12 e -1,6% vs. 3T13) enquanto R$ 1.483 mil refere-se à Drive (+15,6% vs. 3T13). As iniciativas relacionadas à integração operacional da Drive geraram uma despesa não recorrente de R$ 44 mil no trimestre. Lembramos que como a maior parte das iniciativas foram tomadas no mês de novembro, não surtiram impacto relevante sobre os números do 4T13.

As despesas operacionais foram impactadas por dispêndios de R$ 141 mil com assessoria em projetos de fusão e aquisição avaliados pela Companhia, necessários à execução da estratégia de crescimento por aquisições. Os valores ilustrados no gráfico abaixo não foram ajustados para os dividendos diferenciados atribuíveis às despesas.



Dividendos diferenciados

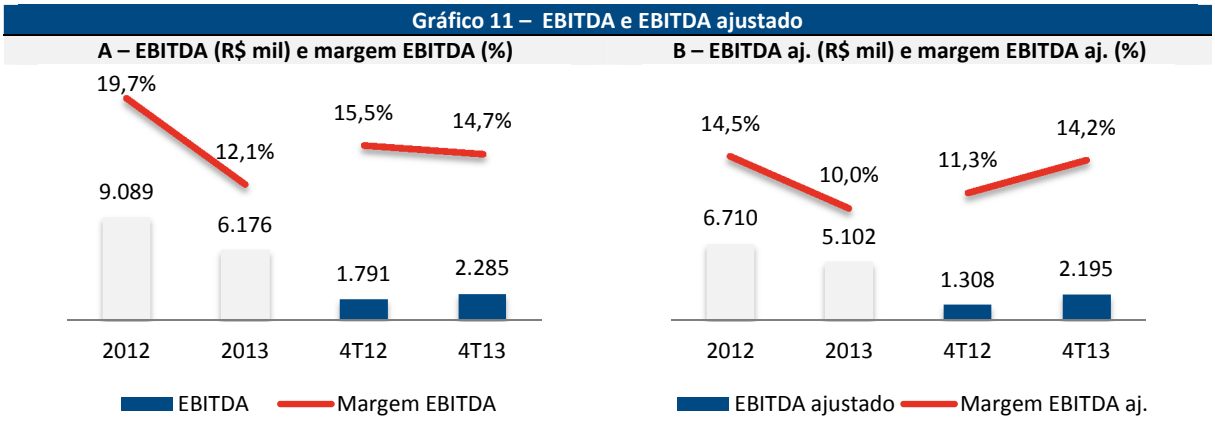
Os dividendos diferenciados pagos aos quotistas minoritários da Controlbanc diminuiram para R$ 90 mil no 4T13 (-81,4% vs. 4T12 e -46,9% vs. 3T13). Do total dos dividendos diferenciados pagos no trimestre, R$ 92 mil são atribuíveis aos custos e influenciam o cálculo de todos os indicadores ajustados, sendo que um crédito de R$ 2 mil é atribuível às despesas operacionais e influencia o cálculo de indicadores ajustados exceto o lucro bruto ajustado.

No 4T13 encerramos a prática de pagamento dos dividendos diverenciados, o que proporcionará a convergência entre o EBITDA contábil e o EBITDA ajustado.

EBITDA e EBITDA ajustado

Registramos um EBITDA de R$ 2.285 mil no 4T13. Com o pagamento de R$ 90 mil a título de dividendos diferenciados, o EBITDA ajustado foi de R$ 2.195 mil (+67,9% vs. 4T12 e +47,2% vs. 3T13), novo recorde trimestral. Mesmo com os desafios do início de 2013, a recuperação da lucratividade se confirmou ao longo do ano, culminando nos resultados recordes do 4T13 e em uma margem EBITDA ajustada de 14,2%, próxima aos 14,5% obtidos em 2012.

Gráfico 11 – EBITDA e EBITDA ajustado



Lucro líquido e lucro líquido ajustado

Apuramos um lucro líquido de R$ 2.123 mil no 4T13. Com o pagamento de R$ 90 mil a título de dividendos diferenciados, o lucro líquido ajustado foi de R$ 2.033 mil (+43,0% vs. 3T13), frente a um prejuízo de R$ 445 mil no mesmo período do ano anterior.

Anualmente, submetemos até o final do primeiro semestre ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), informações sobre os dispêndios efetuados no ano anterior em atividades de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de obter aprovação do MCTI para a utilização dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei do Bem. Geralmente, recebemos até o final do segundo semestre os resultados do pleito.

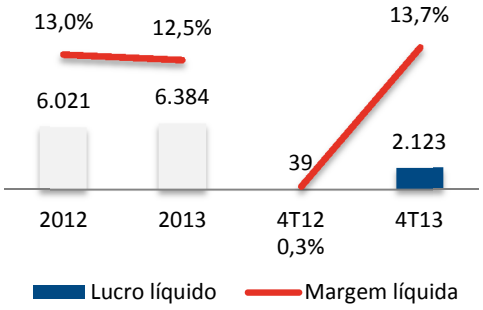
Em junho de 2013, submetemos informações sobre os dispêndios efetuados em 2012 pela Senior Solution e pela Drive. Em dezembro de 2013, recebemos os resultados do pleito com a aprovação dos benefícios fiscais de R$ 318 mil para a Drive, mas não recebemos a aprovação de R$ 977 mil para a Senior Solution.

Adotamos a prática conservadora de contabilizar, na linha de IR e CSLL diferido, os benefícios fiscais apenas no trimestre em que houver aprovação pelo MCTI. Por isso, o valor do Imposto de Renda e Contribuição Social do 4T13 foi impactado apenas pelo benefício fiscal para a Drive. Na opinião da administração, baseada no parecer de nossos assessores, a

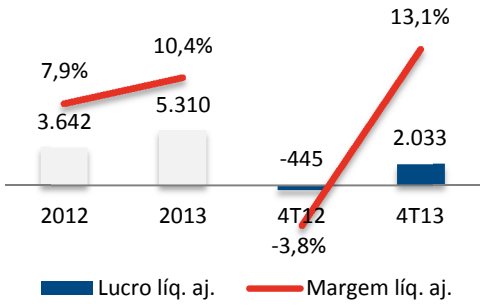
probabilidade de aprovação para a Senior Solution é alta, contudo não podemos precisar quando teremos a decisão definitiva ainda é incerto.

Gráfico 12 – Lucro líquido e lucro líquido ajustado

A – Lucro Líquido (R$ mil) e margem líquida (%)



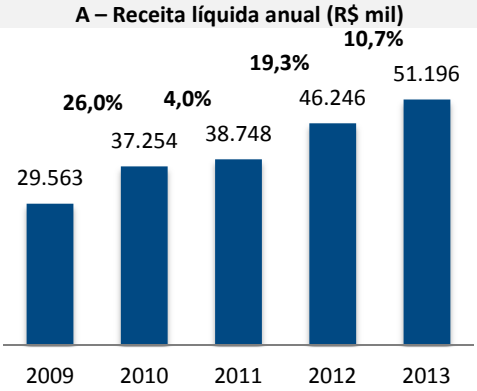
B – Lucro liq. aj. (R$ mil) e margem liq. aj. (%)



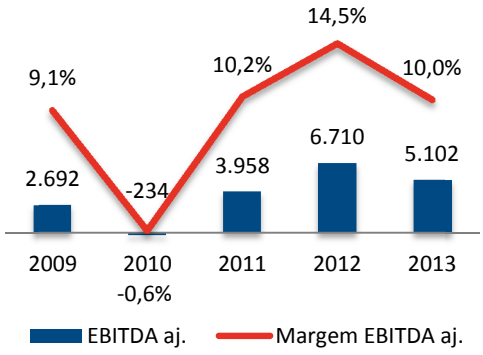
Desempenho operacional e financeiro anual

Gráfico 13 – Receita líquida e EBITDA ajustado anual

A – Receita líquida anual (R$ mil)



B – EBITDA aj. anual (R$ mil) e margem EBITDA aj. ($%)



Encerramos 2013 com receita líquida recorde de R$ 51.196 mil (+10,7% vs. 2012), no oitavo ano consecutivo de aumento. Desde 2005, ano em que iniciamos a execução da estratégia de consolidação, a receita líquida apresentou um crescimento médio anual de 24,1%.

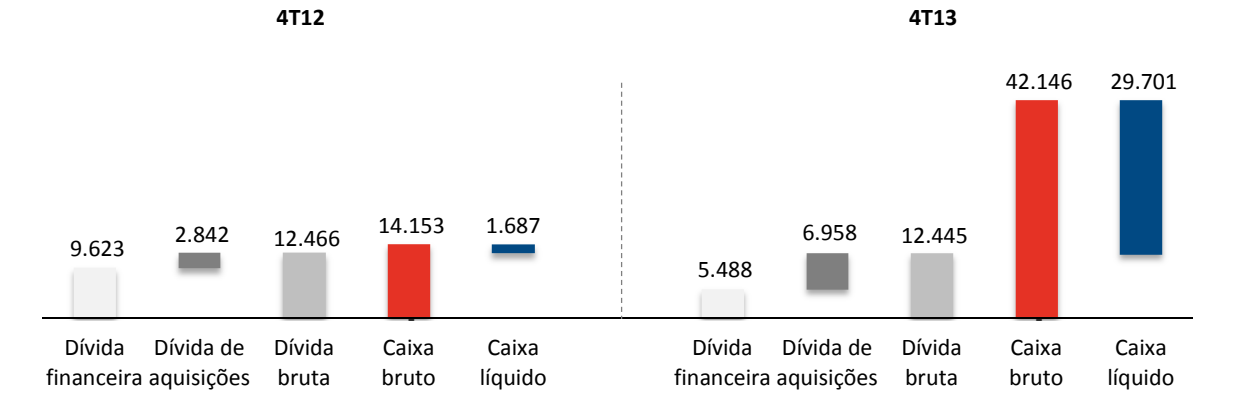
Registramos um EBITDA ajustado de R$ 5.102 no ano (-24,0% vs. 2012), com margem EBITDA ajustada de 10,0% (-4,5 p.p. vs. 2012). O EBITDA ajustado foi o segundo maior valor obtido na história da Companhia.

Com relação ao desempenho por unidade, em Software a margem bruta ajustada foi de 54,7% (-3,9 p.p. vs. 2012), fruto da aceleração dos investimentos em P&D para adequação de nossos produtos. Em Serviços, a margem se retraiu para 12,7% (-22,2 p.p. vs. 2012), aquém do potencial de resultados do negócio por conta dos desafios do 1T13. Em Outsourcing, houve expansão de margem para 20,2% (+1,8 p.p. vs. 2012), em linha com o esperado para o negócio. Em Consultoria, finalizamos o ano com margem de 39,7% (+6,5 p.p. vs. 2012),

percentual alinhado ao patamar histórico da unidade. Finalmente, no período em que consolidamos os resultados da Drive a unidade apresentou margem de 45,3%, crescente ao longo do ano e se aproximando gradualmente da margem da unidade de Software.

Posição financeira

Gráfico 14 – Movimentação da dívida líquida



Encerramos 2013 com dívida bruta de R$ 12.445 mil, dos quais R$ 5.488 mil correspondem a empréstimos e financiamentos da linha BNDES Prosoft, com custo de TJLP + 1% a.a., e R$ 6.958 mil correspondem a dívidas contraídas nas aquisições das empresas Impactools, Controlbanc e Drive. O caixa bruto no final do ano foi de R$ 42.146 mil, e o caixa líquido de R$ 29.701 mil.

Ao longo do ano, os principais eventos que afetaram o caixa líquido foram (i) a captação de R$ 39.655 mil na oferta pública inicial de ações, realizada no 1T13, e (ii) a aquisição da Drive de R$ 15.000 mil, anunciada no 2T13, dos quais R$ 9.300 mil foram pagos à vista e R$ 5.700 mil aumentaram o saldo de dívida de aquisições. O caixa líquido será majoritariamente destinado para potenciais aquisições.

Mercado de capitais

Desempenho da ação

Nossas ações fecharam 4T13 valendo R$ 11,25 com desvalorização de 2,2% em comparação com o preço da oferta pública. Como o capital social é representado por 11.787.203 ações ordinárias, no encerramento do trimestre a Companhia apresentou um valor de mercado de R$ 132.606 mil.

Eventos recentes

Alteração do código de negociação e inclusão na carteira do ITAG

Em 06/02/2014, divulgamos Comunicado ao Mercado informando que a BM&FBOVESPA promoveu a migração do segmento Bovespa Mais do mercado de balcão organizado para o mercado de bolsa, fato que resultou na exclusão do último caractere ("M") do código de negociação da Companhia. Portanto, as ações da Senior Solution passaram a ser negociadas sob o código SNSL3 a partir de 03/02/2014. Por consequência da migração, as ações passaram a integrar a carteira teórica do ITAG – Índice de Ações com Tag Along Diferenciado.

Incorporação da Drive pela Senior Solution Consultoria

Em 16/01/2014, divulgamos Fato Relevante comunicando a incorporação da Drive pela Senior Solution Consultoria. A incorporação proporcionará efeito caixa positivo em virtude da possibilidade de amortização do ágio para fins fiscais de acordo com a Lei 9.532/1997, artigo 7º, inciso II, em um prazo de pelo menos 60 meses a contar da data da incorporação. Na estimativa da Administração, a Senior Solution Consultoria se beneficiará de uma economia total de até R$ 4.897.909,37, em virtude da redução na base de apuração de IRPJ/CSLL.

Aprovação de programa de recompra

Em 18/12/2013, divulgamos Fato Relevante comunicando que o Conselho Administração aprovou, em reunião realizada naquela data, a abertura de um programa de recompra de ações ordinárias, com as características descritas no próprio Fato Relevante. Até a divulgação deste *release*, não efetuamos nenhuma transação no âmbito do programa de recompra em respeito ao período de vedação estabelecido pelo Diretor de Relações com Investidores, conforme disposto na Política de Negociação de Valores Mobiliários.

Cláusula compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS, do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Demonstrações financeiras e indicadores de performance

Balanço Patrimonial Consolidado					
R$ mil	4T13	4T12	4T13 vs. 4T12	3T13	4T13 vs. 3T13
Ativo	**79.490**	**33.704**	**135,8%**	**77.596**	**2,4%**
Circulante	**50.363**	**19.211**	**162,2%**	**47.221**	**6,7%**
Disponibilidades	42.146	14.153	197,8%	38.885	8,4%
Contas a receber	5.517	3.288	67,8%	5.343	3,3%
Despesas antecipadas	288	297	-3,0%	244	18,1%
Impostos a recuperar	1.927	1.401	37,6%	1.650	16,8%
Partes relacionadas	410	-	-	410	0,0%
Outros créditos a receber	74	72	2,6%	690	-89,3%
Não circulante	**29.127**	**14.494**	**101,0%**	**30.374**	**-4,1%**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.715	3.577	3,9%	4.829	-23,1%
Imobilizado	1.051	645	62,9%	1.055	-0,4%
Intangível	24.361	10.271	137,2%	24.491	-0,5%
Passivo e patrimônio líquido	**79.490**	**33.704**	**135,8%**	**77.596**	**2,4%**
Circulante	**11.410**	**7.985**	**42,9%**	**10.753**	**6,1%**
Empréstimos e financiamentos	1.496	2.161	-30,7%	1.551	-3,5%
Fornecedores e prestadores de serviços	622	391	58,9%	486	28,1%
Adiantamento de cliente	1.857	11	-	-	-
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	4.765	3.728	27,8%	5.286	-9,9%
Obrigações tributárias	553	1.173	-52,9%	790	-30,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	309	-	-	764	-59,5%
Obrigações por aquisição de investimento	1.808	521	247,1%	1.876	-3,6%
Não circulante	**11.003**	**11.231**	**-2,0%**	**11.798**	**-6,7%**
Empréstimos e financiamentos	3.991	7.463	-46,5%	4.253	-6,2%
Provisão para contigências	1.863	1.447	28,8%	1.994	-6,6%
Obrigações por aquisição de investimento	5.149	2.321	121,8%	5.550	-7,2%
Participação minoritária	**-**	**378**	-	**2**	**-**
Patrimônio líquido	**57.077**	**14.110**	**304,5%**	**55.043**	**3,7%**
Capital social	50.561	10.495	381,7%	50.561	0,0%
Reserva de capital	763	1.527	-50,0%	763	0,0%
Despesas com emissão de ações	(1.953)	-	-	(1.953)	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	2.853	2.979	-4,2%	2.877	-0,8%
Lucros (Prejuízos) acumulados	4.852	(892)	-644,0%	2.795	73,6%

Demonstração do Resultado Consolidada													
R$ mil	**4T13**	**3T13**	**2T13**	**1T13**	**4T12**	**3T12**	**2T12**	**1T12**	**4T13 vs. 4T12**	**4T13 vs. 3T13**	**2013**	**2012**	**2013 vs. 2012**
Receita bruta	**17.199**	**15.936**	**12.925**	**10.645**	**12.556**	**13.234**	**12.803**	**11.622**	**37,0%**	**7,9%**	**56.705**	**50.214**	**12,9%**
Software	4.882	4.738	4.557	4.388	4.556	3.959	3.739	4.098	7,2%	3,0%	18.565	16.352	13,5%
Serviços	2.220	1.747	1.789	1.991	3.528	3.990	3.800	3.299	-37,1%	27,1%	7.747	14.616	-47,0%
Outsourcing	4.806	4.620	4.153	3.628	3.822	3.657	3.880	3.485	25,7%	4,0%	17.207	14.843	15,9%
Consultoria	900	762	1.097	638	651	1.628	1.384	739	38,3%	18,1%	3.396	4.402	-22,8%
Drive	4.392	4.069	1.329	-	-	-	-	-	-	7,9%	9.790	-	-
Impostos sobre vendas	**(1.695)**	**(1.566)**	**(1.250)**	**(999)**	**(984)**	**(1.065)**	**(1.016)**	**(902)**	**72,2%**	**8,2%**	**(5.509)**	**(3.968)**	**38,8%**
Software	(407)	(416)	(395)	(374)	(289)	(265)	(254)	(287)	40,8%	-2,1%	(1.591)	(1.095)	45,4%
Serviços	(244)	(179)	(185)	(192)	(331)	(341)	(325)	(271)	-26,3%	36,3%	(799)	(1.267)	-36,9%
Outsourcing	(498)	(471)	(434)	(377)	(326)	(310)	(323)	(288)	52,8%	5,8%	(1.780)	(1.247)	42,7%
Consultoria	(78)	(67)	(95)	(56)	(39)	(149)	(115)	(56)	101,1%	16,1%	(296)	(359)	-17,6%
Drive	(468)	(433)	(142)	-	-	-	-	-	-	7,9%	(1.043)	-	-
Receita líquida	**15.505**	**14.370**	**11.675**	**9.647**	**11.571**	**12.168**	**11.787**	**10.719**	**34,0%**	**7,9%**	**51.196**	**46.246**	**10,7%**
Software	4.475	4.322	4.162	4.015	4.267	3.694	3.485	3.811	4,9%	3,5%	16.974	15.257	11,3%
Serviços	1.976	1.568	1.605	1.799	3.197	3.649	3.475	3.028	-38,2%	26,0%	6.948	13.349	-48,0%
Associados a sfw.	1.181	1.276	1.605	1.789	2.157	2.534	2.465	1.391	-45,3%	-7,4%	5.850	8.548	-31,6%
Não associados a swf.	796	293	0	10	1.040	1.114	1.010	1.637	-23,5%	171,9%	1.098	4.802	-77,1%
Outsourcing	4.308	4.150	3.719	3.251	3.496	3.347	3.557	3.197	23,2%	3,8%	15.427	13.596	13,5%
Consultoria	822	695	1.002	582	612	1.479	1.269	683	34,3%	18,3%	3.101	4.043	-23,3%
Drive	3.924	3.635	1.188	-	-	-	-	-	-	7,9%	8.747	-	-
Receita líquida	**15.505**	**14.370**	**11.675**	**9.647**	**11.571**	**12.168**	**11.787**	**10.719**	**34,0%**	**7,9%**	**51.196**	**46.246**	**10,7%**
Recorrente	12.707	12.107	9.068	7.265	7.762	7.041	7.042	7.007	63,7%	5,0%	41.147	28.853	42,6%
Variável	2.798	2.263	2.606	2.381	3.809	5.127	4.744	3.712	-26,5%	23,6%	10.049	17.392	-42,2%
Número de clientes	**149**	**133**	**134**	**82**	**106**	**95**	**102**	**106**	**40,6%**	**12,0%**	**-**	**-**	**-**
Software	53	57	56	55	58	63	67	68	-8,6%	-7,0%	-	-	-
Serviços	23	17	14	14	17	14	17	20	35,3%	35,3%	-	-	-
Outsourcing	26	25	26	22	23	22	20	21	13,0%	4,0%	-	-	-
Consultoria	21	17	23	14	21	24	27	24	0,0%	23,5%	-	-	-
Drive	50	49	45	-	-	-	-	-	-	2,0%	-	-	-
Cross sell	24	*32*	*30*	*23*	*13*	*28*	*29*	*27*	84,6%	-25,0%	-	-	-
Ticket médio líquido	**104**	**108**	**87**	**118**	**109**	**128**	**116**	**101**	**-4,7%**	**-3,7%**	**-**	**-**	**-**
Software	84	76	74	73	74	59	52	56	14,8%	11,3%	-	-	-
Serviços	86	92	115	128	188	261	204	151	-54,3%	-6,9%	-	-	-
Outsourcing	166	166	143	148	152	152	178	152	9,0%	-0,2%	-	-	-
Consultoria	39	41	44	42	29	62	47	28	34,3%	-4,3%	-	-	-
Drive	78	74	26	-	-	-	-	-	-	5,8%	-	-	-

Demonstração do Resultado Consolidada (continuação)													
R$ mil	**4T13**	**3T13**	**2T13**	**1T13**	**4T12**	**3T12**	**2T12**	**1T12**	**4T13 vs. 4T12**	**4T13 vs. 3T13**	**2013**	**2012**	**2013 vs. 2012**
Custos ajustados	**(9.330)**	**(9.054)**	**(7.368)**	**(6.968)**	**(7.253)**	**(7.243)**	**(7.453)**	**(6.847)**	**28,6%**	**3,0%**	**(32.719)**	**(28.797)**	**13,6%**
% da Receita líquida	*60,2%*	*63,0%*	*63,1%*	*72,2%*	*62,7%*	*59,5%*	*63,2%*	*63,9%*	-2,5 p.p.	-2,8 p.p.	*63,9%*	*62,3%*	1,6 p.p.
Custo do serv. prest.	(8.747)	(8.232)	(6.539)	(6.167)	(6.748)	(6.716)	(6.810)	(6.344)	29,6%	6,3%	(29.686)	(26.617)	11,5%
% da Receita líquida	*56,4%*	*57,3%*	*56,0%*	*63,9%*	*58,3%*	*55,2%*	*57,8%*	*59,2%*	-1,9 p.p.	-0,9 p.p.	*58,0%*	*57,6%*	0,4 p.p.
Custo com P&D	(583)	(822)	(828)	(801)	(506)	(528)	(643)	(504)	15,2%	-29,1%	(3.033)	(2.180)	39,1%
% da Receita líquida	*3,8%*	*5,7%*	*7,1%*	*8,3%*	*4,4%*	*4,3%*	*5,5%*	*4,7%*	-0,6 p.p.	-1,9 p.p.	*5,9%*	*4,7%*	1,2 p.p.
Divid. atrib. aos custos	(92)	(172)	(210)	(251)	(405)	(385)	(492)	(444)	-77,3%	-46,5%	-725	-1.726	-58,0%
Reclassificações	0	0	(1)	1	22	(88)	13	48	-100,0%	-	0	-5	-100,0%
Custos ajustados	**(9.330)**	**(9.054)**	**(7.368)**	**(6.968)**	**(7.253)**	**(7.243)**	**(7.453)**	**(6.847)**	**28,6%**	**3,0%**	**(32.719)**	**(28.797)**	**13,6%**
Software	(1.930)	(2.030)	(1.937)	(1.788)	(1.622)	(1.506)	(1.511)	(1.668)	19,0%	-5,0%	-7.685	-6.308	21,8%
Serviços	(1.549)	(1.255)	(1.334)	(1.927)	(2.162)	(2.218)	(2.263)	(2.051)	-28,3%	23,5%	-6.065	-8.694	-30,2%
Outsourcing	(3.372)	(3.194)	(2.927)	(2.819)	(2.863)	(2.651)	(2.958)	(2.622)	17,8%	5,6%	-12.311	-11.094	11,0%
Consultoria	(466)	(498)	(472)	(435)	(606)	(868)	(722)	(505)	-23,2%	-6,5%	-1.871	-2.702	-30,8%
Drive	(2.013)	(2.077)	(698)	-	-	-	-	-	-	-3,1%	-4.789	-	-
Lucro bruto	**6.267**	**5.488**	**4.518**	**2.929**	**4.701**	**5.399**	**4.812**	**4.268**	**33,3%**	**14,2%**	**19.201**	**19.179**	**0,1%**
Margem bruta	*40,4%*	*38,2%*	*38,7%*	*30,4%*	*40,6%*	*44,4%*	*40,8%*	*39,8%*	-0,2 p.p.	2,2 p.p.	*37,5%*	*41,5%*	-4,0 p.p.
Lucro bruto ajustado	**6.175**	**5.316**	**4.307**	**2.679**	**4.318**	**4.925**	**4.333**	**3.872**	**43,0%**	**16,2%**	**18.477**	**17.448**	**5,9%**
Margem bruta ajustada	*39,8%*	*37,0%*	*36,9%*	*27,8%*	*37,3%*	*40,5%*	*36,8%*	*36,1%*	2,5 p.p.	2,8 p.p.	*36,1%*	*37,7%*	-1,6 p.p.
Software	2.545	2.292	2.225	2.227	2.645	2.188	1.974	2.142	-3,8%	11,1%	9.289	8.950	3,8%
Margem bruta ajustada	*56,9%*	*53,0%*	*53,5%*	*55,5%*	*62,0%*	*59,2%*	*56,6%*	*56,2%*	-5,1 p.p.	3,9 p.p.	*54,7%*	*58,7%*	-3,9 p.p.
Serviços	427	313	271	(128)	1.035	1.431	1.212	977	-58,7%	36,3%	883	4.655	-81,0%
Margem bruta ajustada	*21,6%*	*20,0%*	*16,9%*	*-7,1%*	*32,4%*	*39,2%*	*34,9%*	*32,3%*	-10,8 p.p.	1,6 p.p.	*12,7%*	*34,9%*	-22,2 p.p.
Outsourcing	936	956	792	432	633	696	599	574	47,9%	-2,1%	3.116	2.502	24,5%
Margem bruta ajustada	*21,7%*	*23,0%*	*21,3%*	*13,3%*	*18,1%*	*20,8%*	*16,8%*	*18,0%*	3,6 p.p.	-1,3 p.p.	*20,2%*	*18,4%*	1,8 p.p.
Consultoria	356	197	530	147	6	610	548	178	6.144,6%	80,9%	1.230	1.341	-8,3%
Margem bruta ajustada	*43,3%*	*28,3%*	*52,9%*	*25,3%*	*0,9%*	*41,3%*	*43,1%*	*26,0%*	42,4 p.p.	15,0 p.p.	*39,7%*	*33,2%*	6,5 p.p.
Drive	1.911	1.558	489	-	-	-	-	-	-	22,6%	3.958	-	-
Margem bruta ajustada	*48,7%*	*42,9%*	*41,2%*	-	-	-	-	-	-	5,8 p.p.	*45,3%*	-	-

Demonstração do Resultado Consolidada (continuação)													
R$ mil	**4T13**	**3T13**	**2T13**	**1T13**	**4T12**	**3T12**	**2T12**	**1T12**	**4T13 vs. 4T12**	**4T13 vs. 3T13**	**2013**	**2012**	**12M13 vs. 12M12**
Despesas operacionais	**(4.204)**	**(4.049)**	**(3.300)**	**(2.287)**	**(3.090)**	**(2.783)**	**(2.640)**	**(2.366)**	***36,1%***	***3,8%***	**(13.839)**	**(10.879)**	***27,2%***
% da Receita líquida	*27,1%*	*28,2%*	*28,3%*	*23,7%*	*26,7%*	*22,9%*	*22,4%*	*22,1%*	*0,4 p.p.*	*-1,1 p.p.*	*27,0%*	*23,5%*	*3,5 p.p.*
Publicidade e prop.	(32)	(64)	(68)	(22)	(12)	(20)	(110)	(22)	*169,4%*	*-50,0%*	(185)	(164)	*12,9%*
Gerais e administrativas	(3.950)	(3.763)	(3.042)	(2.085)	(2.898)	(2.582)	(2.346)	(2.100)	*36,3%*	*5,0%*	(12.841)	(9.926)	*29,4%*
Depreciação e amort.	(222)	(222)	(190)	(180)	(180)	(181)	(184)	(244)	*23,4%*	*0,2%*	(814)	(789)	*3,2%*
Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	(1)	*-138,9%*
Despesas operacionais	**(4.204)**	**(4.049)**	**(3.300)**	**(2.287)**	**(3.090)**	**(2.783)**	**(2.640)**	**(2.366)**	***36,1%***	***3,8%***	**(13.839)**	**(10.879)**	***27,2%***
Senior Solution	(2.720)	(2.765)	(2.838)	(2.287)	(3.090)	(2.783)	(2.640)	(2.366)	*-12,0%*	*-1,6%*	(10.610)	(10.879)	*-2,5%*
Drive	(1.483)	(1.283)	(462)	0	0	0	0	0	-	*15,6%*	(3.229)	0	-
EBITDA	**2.285**	**1.661**	**1.408**	**822**	**1.791**	**2.796**	**2.356**	**2.146**	***27,6%***	***37,6%***	**6.176**	**9.089**	***-32,0%***
Margem EBITDA	*14,7%*	*11,6%*	*12,1%*	*8,5%*	*15,5%*	*23,0%*	*20,0%*	*20,0%*	*-0,7 p.p.*	*3,2 p.p.*	*12,1%*	*19,7%*	*-7,6 p.p.*
Resultado financeiro	**695**	**791**	**1.274**	**(55)**	**(89)**	**174**	**160**	**(139)**	***-879,7%***	***-12,1%***	**2.705**	**106**	***2.459,0%***
Receitas financeiras	946	1.039	1.444	401	270	379	526	53	*249,9%*	*-8,9%*	3.830	1.229	*211,6%*
Despesas financeiras	(251)	(248)	(171)	(456)	(360)	(205)	(366)	(193)	*-30,2%*	*1,2%*	(1.125)	(1.123)	*0,1%*
EBT	**2.758**	**2.230**	**2.491**	**587**	**1.522**	**2.790**	**2.332**	**1.762**	***81,2%***	***23,7%***	**8.067**	**8.406**	***-4,0%***
IR e CSLL	**(635)**	**(638)**	**(409)**	**(54)**	**(1.588)**	**(383)**	**(192)**	**(290)**	***-60,0%***	***-0,6%***	**(1.736)**	**(2.453)**	***-29,2%***
Corrente	24	(292)	(256)	(35)	(1.447)	(313)	(399)	(220)	*-101,6%*	*-108,1%*	(560)	(2.379)	*-76,5%*
Diferido	(658)	(346)	(153)	(18)	(142)	(70)	207	(70)	*365,2%*	*90,1%*	(1.176)	(75)	*1.475,5%*
Resultado após o IR e CSLL	**2.123**	**1.592**	**2.082**	**534**	**-66**	**2.406**	**2.140**	**1.473**	***-3.311,2%***	***33,4%***	**6.331**	**5.952**	***6,4%***
Participação minoritária	0	(1)	(13)	67	105	-43	20	-13	*-100,4%*	*-59,2%*	53	69	*-22,5%*
Lucro líquido	**2.123**	**1.591**	**2.070**	**601**	**39**	**2.363**	**2.160**	**1.459**	***5.400,8%***	***33,5%***	**6.384**	**6.021**	***6,0%***
Margem líquida	*13,7%*	*11,1%*	*17,7%*	*6,2%*	*0,3%*	*19,4%*	*18,3%*	*13,6%*	*13,4 p.p.*	*2,6 p.p.*	*12,5%*	*13,0%*	*-0,5 p.p.*
Dividendos diferenciados	**(90)**	**(169)**	**(272)**	**(544)**	**(483)**	**(604)**	**(631)**	**(661)**	***-81,4%***	***-46,9%***	**(1.074)**	**(2.379)**	***-54,8%***
Atribuíveis aos custos	(92)	(172)	(210)	(251)	(405)	(385)	(492)	(444)	*-77,3%*	*-46,5%*	(725)	(1.726)	*-58,0%*
Atribuíveis às despesas	2	3	(62)	(293)	(78)	(218)	(139)	(217)	*-102,7%*	*-24,7%*	(349)	(653)	*-46,5%*
EBITDA ajustado	**2.195**	**1.492**	**1.136**	**278**	**1.308**	**2.192**	**1.725**	**1.485**	***67,9%***	***47,2%***	**5.102**	**6.710**	***-24,0%***
Margem EBITDA ajustada	*14,2%*	*10,4%*	*9,7%*	*2,9%*	*11,3%*	*18,0%*	*14,6%*	*13,9%*	*2,9 p.p.*	*3,8 p.p.*	*10,0%*	*14,5%*	*-4,5 p.p.*
Lucro líquido ajustado	**2.033**	**1.422**	**1.798**	**57**	**-445**	**1.759**	**1.529**	**799**	***-557,2%***	***43,0%***	**5.310**	**3.642**	***45,8%***
Margem líquida ajustada	*13,1%*	*9,9%*	*15,4%*	*0,6%*	*-3,8%*	*14,5%*	*13,0%*	*7,5%*	*17,0 p.p.*	*3,2 p.p.*	*10,4%*	*7,9%*	*2,5 p.p.*

RSM ACAL
Auditores Independentes S/S

ADC – 008/2014

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

31 de Dezembro de 2013

ÍNDICE

Mensagem da Administração 3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras 4

Demonstrações Financeiras Auditadas

- Balanço Patrimonial 7
- Demonstração do Resultado do Exercício 9
- Demonstração do Resultado Abrangente 10
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 11
- Demonstração dos Fluxos De Caixa 14
- Demonstração do Valor Adicionado 16

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário. 70

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Em cumprimento às disposições legais, a SENIOR SOLUTION S.A., principal provedora brasileira especializada em tecnologia para o mercado financeiro, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter aprovação de seu Comitê de Auditoria Estatutário. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização dos serviços de não auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SENIOR SOLUTION S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da SENIOR SOLUTION S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SENIOR SOLUTION S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SENIOR SOLUTION S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

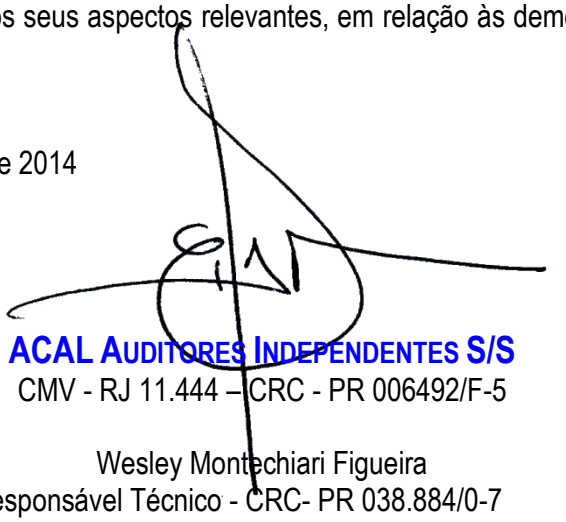
Conforme descrito na Nota 2.1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da SENIOR SOLUTION S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2014



ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CMV - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5

Wesley Montechiari Figueira
Responsável Técnico - CRC- PR 038.884/0-7

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
ATIVO				
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	36.472.241	13.248.387	42.146.277	14.152.700
Contas a receber (nota 6)	2.566.779	2.475.084	5.517.015	3.288.118
Despesas antecipadas (nota 8)	94.702	70.155	287.943	296.751
Impostos e Contribuições a recuperar	575.290	375.239	1.927.413	1.400.764
Partes relacionadas (nota 10)	410.080	-	410.080	-
Outros créditos a receber (nota 9)	26.700	56.617	74.042	72.174
Total do ativo circulante	**40.145.792**	**16.225.482**	**50.362.770**	**19.210.507**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (nota 10)	1.854.277	1.113.968	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	1.344.187	1.545.685	3.714.903	3.577.063
Investimentos (nota 11)	17.659.345	3.359.400	-	-
Imobilizado (nota 12)	479.290	535.424	1.050.811	645.369
Intangível (nota 13)	9.714.477	10.228.862	24.361.295	10.271.264
Total do ativo não circulante	**31.051.576**	**16.783.339**	**29.127.009**	**14.493.696**
Total do ATIVO	**71.197.368**	**33.008.821**	**79.489.779**	**33.704.203**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	1.496.453	2.160.622	1.496.453	2.160.622
Fornecedores e prestadores de serviços	423.471	309.176	621.904	391.352
Adiantamento de cliente (nota 15)	1.779.541	10.656	1.856.799	10.675
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 16)	2.583.640	2.809.327	4.764.887	3.728.417
Obrigações tributárias (nota 17)	105.334	963.949	552.569	1.173.378
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	29.416	-	309.229	-
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	605.747	521.025	1.808.476	521.025
Total do passivo circulante	**7.023.602**	**6.774.755**	**11.410.317**	**7.985.469**
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	3.991.066	7.462.808	3.991.066	7.462.808
Provisões para contingências (nota 19)	1.245.956	1.446.595	1.862.789	1.446.595
Partes relacionadas (nota 10)	-	893.432	-	-
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	1.860.227	2.321.218	5.149.090	2.321.218
Total do passivo não circulante	**7.097.249**	**12.124.053**	**11.002.945**	**11.230.621**
Participação minoritária	-	-	-	378.100
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	50.560.594	10.495.351	50.560.594	10.495.351
Reserva de capital	763.394	1.527.489	763.394	1.527.489
Despesas com emissão de ações	(1.952.533)	-	(1.952.533)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	2.853.303	2.979.075	2.853.303	2.979.075
Lucros (Prejuízos) acumulados	4.851.759	(891.902)	4.851.759	(891.902)
Total do patrimônio líquido	**57.076.517**	**14.110.013**	**57.076.517**	**14.110.013**
Total do PASSIVO	**71.197.368**	**33.008.821**	**79.489.779**	**33.704.203**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Serviços prestados	30.208.424	36.415.588	56.705.205	50.213.625
Impostos sobre vendas e outras deduções	(2.822.778)	(2.859.706)	(5.509.340)	(3.968.124)
Receita operacional líquida (nota 22)	**27.385.646**	**33.555.882**	**51.195.865**	**46.245.501**
Custo dos serviços prestados (nota 23)	(14.114.035)	(15.875.404)	(28.960.989)	(24.886.725)
Custo com pesquisa e desenvolvimento	(2.943.220)	(2.179.597)	(3.033.418)	(2.179.597)
LUCRO BRUTO	**10.328.391**	**15.500.881**	**19.201.458**	**19.179.179**
Receitas (despesas) operacionais				
Publicidade e propaganda	(139.134)	(152.205)	(184.969)	(163.780)
Gerais e administrativas (nota 24)	(7.094.163)	(8.319.515)	(12.840.616)	(9.926.104)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	3.401.395	1.157.549	-	-
Depreciação e amortização (notas 12, 13)	(660.010)	(728.367)	(813.799)	(788.841)
Outras despesas operacionais	-	(407)	204	(525)
Total das despesas operacionais	**(4.491.912)**	**(8.042.945)**	**(13.839.180)**	**(10.879.250)**
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	**5.836.479**	**7.457.936**	**5.362.278**	**8.299.929**
Resultado financeiro líquido (nota 25)	1.994.657	193.132	2.704.648	105.691
RESULTADO OPERACIONAL	**7.831.136**	**7.651.068**	**8.066.926**	**8.405.620**
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 26)	(211.331)	(1.558.924)	(559.753)	(2.378.675)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 26)	(1.235.710)	(71.331)	(1.176.185)	(74.654)
Resultado depois do imposto de renda e contribuição social	**6.384.095**	**6.020.813**	**6.330.988**	**5.952.291**
Participação minoritária nos resultados	-	-	53.107	68.522
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**6.384.095**	**6.020.813**	**6.384.095**	**6.020.813**
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (nota 27)	**0,574**	**0,734**	**0,574**	**0,734**
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (nota 27)	**0,574**	**0,712**	**0,574**	**0,712**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais)

	Controladora	
	31.12.2013	**31.12.2012**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.384.095	6.020.813
Resultado abrangente do exercício	**6.384.095**	**6.020.813**

	Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.384.095	6.020.813
Resultado abrangente do exercício	**6.384.095**	**6.020.813**
Atribuído a sócios controladores	**6.437.202**	**6.089.335**
Atribuido a sócios não controladores	**(53.107)**	**(68.522)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(em reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Despesas com emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**10.495.351**	**1.434.630**	**-**	**3.900.902**	**(5.455.846)**	**10.375.037**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.459.274	1.459.274
Prêmio por aquisição de ações em tesouraria de investida	-	99.681	-	-	-	99.681
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(660.529)	(660.529)
Saldos em 31 de março de 2012	**10.495.351**	**1.534.311**	**-**	**3.900.902**	**(4.657.101)**	**11.273.463**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.159.815	2.159.815
Ajuste a valor presente	-	-	-	(137.578)	137.578	-
Ganho (perda) na incorporação Controlbanc	-	(6.935)	-	-	-	(6.935)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(631.070)	(631.070)
Saldos em 30 de junho de 2012	**10.495.351**	**1.527.376**	**-**	**3.763.324**	**(2.990.778)**	**12.795.273**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.363.131	2.363.131
Ajuste a valor presente	-	-	-	(57.263)	57.263	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(603.782)	(603.782)
Saldos em 30 de setembro de 2012	**10.495.351**	**1.527.376**	**-**	**3.706.061**	**(1.174.166)**	**14.554.622**
Lucro líquido do período	-	-	-		38.593	38.593
Ajuste a valor presente	-	-	-	(726.986)	726.986	-
Ganho (perda) no aumento de participação controlada	-	113	-	-	-	113
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(483.315)	(483.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**10.495.351**	**1.527.489**	**-**	**2.979.075**	**(891.902)**	**14.110.013**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**10.495.351**	**1.527.489**	**-**	**2.979.075**	**(891.902)**	**14.110.013**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	600.786	600.786
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	(40.188)	40.188	-
Liquidação antecipada de *Stock Options* (ii)	-	(769.411)	-	-	-	(769.411)
Aumento de capital com emissão de ações (iii)	39.655.163	-	-	-	-	39.655.163
Despesas com emissão de ações (iv)	-	-	(2.957.329)	-	402.045	(2.555.284)
IRPJ/CSLL referente a despesas com emissão de ações (iv)	-	-	1.004.796	-	-	1.004.796
Dividendos distribuídos (v)	-	-	-	-	(543.672)	(543.672)
Saldos em 31 de março de 2013	**50.150.514**	**758.078**	**(1.952.533)**	**2.938.887**	**(392.555)**	**51.502.391**

	Capital Social	Reserva de capital	Despesas com emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.069.685	2.069.685
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	(34.053)	34.053	-
Prêmio na diluição de participação de acionistas minoritários (vi)	-	5.316	-	-	-	5.316
Resultado de exercícios anteriores (vii)	-	-	-	-	(93.866)	(93.866)
Dividendos distribuídos (v)	-	-	-	-	(271.715)	(271.715)
Saldos em 30 de junho de 2013	**50.150.514**	**763.394**	**(1.952.533)**	**2.904.834**	**1.345.602**	**53.211.811**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.590.699	1.590.699
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	(28.163)	28.163	-
Aumento de capital (viii)	410.080	-	-	-	-	410.080
Dividendos distribuídos (v)	-	-	-	-	(169.142)	(169.142)
Saldos em 30 de setembro de 2013	**50.560.594**	**763.394**	**(1.952.533)**	**2.876.671**	**2.795.322**	**55.043.448**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.122.925	2.122.925
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	(23.368)	23.368	-
Dividendos distribuídos (v)	-	-	-	-	(89.856)	(89.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**50.560.594**	**763.394**	**(1.952.533)**	**2.853.303**	**4.851.759**	**57.076.517**

(i) Refere-se à realização parcial do saldo de ajuste a valor presente reconhecido na adoção inicial do CPC 12. De acordo com este pronunciamento contábil, os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

(ii) O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2008, e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2012. No dia 06 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou por unanimidade, a recompra do plano de opção dos beneficiários que se desligaram da Companhia. A liquidação antecipada para beneficiários desligados está prevista no plano de opção. Com isso, não houve diluição para os acionistas e investidores no momento da oferta pública de ações, ocorrida no dia 08/03/2013, no montante das opções exercíveis por estes beneficiários. A recompra das opções foi realizada nos termos do Capítulo XI do referido plano. Para mais informações consultar nota explicativa nº 21.

(iii) No dia 08 de março de 2013 a Companhia efetuou sua oferta pública inicial de ações no segmento de Bovespa Mais, compreendendo: (i) a distribuição pública primária de 3.448.275 ações ordinárias emitidas pela Companhia, e (ii) a distribuição pública

secundária de 1.548.420 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores, realizada exclusivamente no Brasil ao preço de R$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por ação. A liquidação financeira ocorreu no dia 12 de março de 2013. Para mais informações consultar nota explicativa nº 20.

(iv) Refere-se ao registro contábil dos gastos relacionados à listagem e oferta pública de ações da Companhia e respectivo efeito dos tributos, ocorrida no dia 08 de março de 2013. Para mais informações consultar nota explicativa nº 20.

(v) A empresa investida Controlpart Consultoria e Participações Ltda. distribuiu a seus quotistas minoritários dividendos ao longo do ano de 2013, conforme Atas de Reunião de Quotistas devidamente registradas. De acordo com o Contrato Social da empresa investida, os lucros deverão ser preferencialmente distribuídos na proporção da participação dos sócios no capital social. Todavia, por deliberação dos sócios representando a totalidade das quotas representativas do capital social, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente.

(vi) Em 31 de maio de 2013, os quotistas da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. aprovaram o aumento do capital social da empresa através da conversão de dívida com empresas ligadas à controlada, passando de R$699.900 para R$1.913.236. Adicionalmente, os quotistas aprovaram a redução do capital social de R$1.913.236 para R$1.152.423, por meio da absorção dos prejuízos acumulados até a referida data. Com esta movimentação a participação da Companhia passou de 99,39% para 99,78% gerando um prêmio pela diluição de participação de quotistas minoritários.

(vii) No segundo trimestre de 2013 a Companhia concluiu a revisão dos créditos tributários de empresas adquiridas nos últimos anos, gerando a necessidade de baixa de créditos relativos a exercícios anteriores.

(viii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 50.150.514 para R$ 50.560.594, em razão da emissão de ações ordinárias decorrentes do exercício de opções pelos beneficiários remanescentes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”), aprovado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de fevereiro de 2008 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2012. Nesse contexto, foram emitidas 131.520 ações ordinárias ao preço de exercício de R$ 3,118 por opção, passando o capital social a ser representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O aumento do capital foi aprovado dentro do limite de capital autorizado em conformidade com o Art. 12 alínea “p” do Estatuto Social da Companhia.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**6.384.095**	**6.020.813**	**6.384.095**	**6.020.813**
Itens que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial (nota11)	(3.401.395)	(1.157.549)	-	-
Depreciação e amortização (notas 12, 13)	660.010	728.367	813.799	788.841
Despesas com emissão de ações, de exercício anterior	402.045	-	402.045	-
Ajustes de exercício anterior	(93.865)	-	(93.865)	-
Variação nas contas de ativos e passivos				
Contas a receber (nota 6)	(91.695)	(415.387)	(2.228.897)	785.201
Despesas antecipadas (nota 8)	(24.547)	(56.865)	8.808	(148.609)
Impostos a recuperar (nota 7)	(200.051)	1.731.086	(526.649)	1.912.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	230.914	110.747	171.388	290.624
Outros créditos a receber	29.917	(34.254)	(1.868)	(33.651)
Fornecedores e prestadores de serviços	114.295	45.262	230.553	(77.159)
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 16)	(225.687)	1.041.403	1.036.470	1.283.087
Obrigações tributárias (nota 17)	(858.615)	518.586	(620.809)	221.114
Provisões diversas (nota 19)	(200.639)	59.900	416.194	59.900
Adiantamento de clientes (nota 15)	1.768.885	8.709	1.846.124	1.456
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	(376.268)	(756.807)	4.115.322	(756.807)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**4.117.399**	**7.844.011**	**11.952.710**	**10.346.965**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível (notas 12, 13)	(89.492)	(56.207)	(199.260)	(64.800)
Aquisição de imobilizado, intangível e investimentos (notas 12, 13)	-	-	(704.351)	-
Resultado líquido na alienação de bens (nota 12)	-	406	-	7.188
Aquisição de investimentos e aporte de capital (nota 11)	(11.972.936)	(212.604)	-	-
Prêmio por aquisição de ações em tesouraria de investida	(5.316)	92.859	(5.316)	92.859
Valor da marca na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	(4.284.250)	-
Valor da carteira de clientes na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	(6.592.448)	-
Acordo de não competição na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	(239.199)	-
Valor do software na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	(3.072.000)	-
Ágio na aquisição de investimentos (nota 13)	-	-	(217.764)	-
Variação da participação dos minoritários	-	-	(378.100)	(202.702)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(12.067.744)**	**(175.546)**	**(15.692.688)**	**(167.455)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital (nota 20)	40.065.243	-	40.065.243	-
Pagamento antecipado *stock options* (nota 21)	(758.779)	-	(758.779)	-
Despesas líquidas com emissão de ações	(1.952.533)	-	(1.952.533)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.074.385)	(2.378.696)
Partes relacionadas (nota 10)	(2.043.821)	(1.430.959)	(410.080)	-
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 14)	1.425.000	7.578.897	1.425.000	7.903.897
Amortização de empréstimos e financiamentos (nota 14)	(5.560.911)	(1.870.360)	(5.560.911)	(3.336.524)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**31.174.199**	**4.277.578**	**31.733.555**	**2.188.677**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE DISPONIBILIDADES	**23.223.854**	**11.946.043**	**27.993.577**	**12.368.187**
Disponibilidades no início do exercício	13.248.387	1.302.344	14.152.700	1.784.513
Disponibilidades no final do exercício	36.472.241	13.248.387	42.146.277	14.152.700
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE DISPONIBILIDADES	**23.223.854**	**11.946.043**	**27.993.577**	**12.368.187**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
1 – RECEITAS	**30.190.713**	**36.306.954**	**56.702.537**	**50.133.888**
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	30.208.424	36.415.588	56.705.205	50.213.625
1.2 - Provisões para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	(17.711)	(108.634)	(2.668)	(79.737)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(4.491.096)**	**(6.496.531)**	**(9.244.870)**	**(9.334.678)**
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.514.928)	(4.254.751)	(5.246.669)	(6.346.201)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.	(976.168)	(2.241.780)	(3.998.201)	(2.988.477)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**25.699.617**	**29.810.423**	**47.457.667**	**40.799.210**
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(660.010)**	**(728.367)**	**(813.799)**	**(788.841)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**25.039.607**	**29.082.056**	**46.643.868**	**40.010.369**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**6.354.025**	**2.373.541**	**3.829.664**	**1.229.057**
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	3.401.395	1.157.549	-	-
6.2 - Receitas financeiras	2.952.630	1.215.992	3.829.664	1.229.057
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**31.393.632**	**31.455.597**	**50.473.532**	**41.239.426**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**31.393.632**	**31.455.597**	**50.473.532**	**41.239.426**
8.1 - Pessoal	**18.625.419**	**18.926.719**	**33.803.894**	**26.386.292**
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	16.260.689	16.558.474	29.416.880	22.991.373
8.1.2 - Benefícios	2.364.730	2.368.245	4.387.014	3.394.919
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	**4.269.819**	**4.489.961**	**7.245.278**	**6.421.453**
8.2.1 - Federais	3.122.378	2.957.927	4.828.582	4.270.174
8.2.2 - Estaduais	-	-	-	-
8.2.3 - Municipais	1.147.441	1.532.034	2.416.696	2.151.279
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	**2.114.299**	**2.018.104**	**3.093.372**	**2.479.390**
8.3.1 - Juros	957.973	1.022.860	1.125.016	1.123.366
8.3.2 - Aluguéis	1.156.326	995.244	1.968.356	1.356.024
8.4 - Remuneração de capitais próprios	**6.384.095**	**6.020.813**	**6.330.988**	**5.952.291**
8.4.1 - Dividendos	-	-	1.074.385	2.378.696
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	6.384.095	6.020.813	5.309.710	3.642.117
8.4.3 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(53.107)	(68.522)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a buscar o desenvolvimento de um sistema com o conceito de *One-Stop-Shop* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras, incluindo os 10 maiores bancos privados do país. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (anteriormente denominada E-commerce Consultoria em Informática S.A.), Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Drive Consultoria e Informática Ltda., empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia.

Em 26 de abril de 2012 a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo cumprido todos os requisitos estabelecidos na Instrução CVM nº 480 para registro na Categoria A. E no dia 08 de março de 2013 houve a oferta pública inicial, no segmento de Bovespa Mais.

Em 6 de junho de 2013 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Solution Consultoria") celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Drive Consultoria e Informática Ltda. ("Drive"), uma das empresas líderes no desenvolvimento e comercialização de *softwares* aplicativos para o segmento de gestores de recursos. Com isso, a Companhia concretiza sua sexta aquisição, reforçando sua posição no segmento.

Quaisquer dados não financeiros que porventura estejam incluídos neste relatório, tais como número de clientes e abrangência, *market share*, entre outros, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Companhia possui expectativa de lucros futuros suficientes para a recuperação dos montantes investidos. A Administração também prevê a equalização dos custos internos e o desenvolvimento de produtos, resultando na melhoria do EBITDA – que é o resultado operacional pleno.

2 RESUMO DAS PRÁTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas são aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis da SENIOR SOLUTION S.A. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.25.

(a) Informações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(b) Informações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da SENIOR SOLUTION S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas

demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Os pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS que entraram em vigor a partir de 2013 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A SENIOR SOLUTION S.A. controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a SENIOR SOLUTION S.A. A consolidação é interrompida a partir da data em que a SENIOR SOLUTION S.A. deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela SENIOR SOLUTION S.A.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é

determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas e/ou incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e/ou incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2013 e de 2012, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das Companhias Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Senior Solution Serviços em Informática S.A., Controlpart Consultoria e Participações Ltda., empresa Controladora da Controlbanc Consultoria Ltda, incorporada em 30 de abril de 2012, e Drive Consultoria e Informatica S.A.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

As empresas do Grupo possuem como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.4 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio.

2.5 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

O cálculo de valor presente dos empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos foi efetuado seguindo a metodologia a seguir. Calculamos o valor futuro das amortizações mensais à taxa de juros contratada do financiamento. No segundo passo, calculamos o valor presente das mesmas parcelas pela taxa de desconto obtida pela WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) apurado. A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

2.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.7.1 CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Nesta categoria também se enquadram os investimentos em coligada ou em controlada, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco, independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação conforme CPC 18 (R2).

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa”.

2.7.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.7.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos

conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2013, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 5% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 13,53% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2014 e 2019 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.

- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.

- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor estimando de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente. A Administração avalia que alterações nas premissas-chave não impactarão de forma significativa o resultado apresentado.

2.8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE *HEDGE*

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

2.9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo licenciamento de *softwares*, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

2.10 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As empresas do Grupo não possuem valores relevantes de estoques de produtos, uma vez que suas atividades estão concentradas em serviços de tecnologia visando o mercado financeiro.

2.11 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Drive Consultoria e Informática Ltda.. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 11).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão

de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (Nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente, é verificada.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que alguns dos referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

(b) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 11.

(c) Carteira de clientes

Carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

(d) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

2.13 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.14 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

2.15 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00%.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.19 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

(b) Remuneração com base em ações

O Grupo oferece aos executivos, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, plano de remuneração com base em ações ("*Stock Options*", nota 21), segundo o qual recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

2.21 CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.22 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufere, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00%.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

2.23 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.24 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.25 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

2.25.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

2.25.2 Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil

ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

A Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, dispõe sobre registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com a Instrução, o registro contábil do ativo fiscal diferido, pelas Companhias abertas, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, bem como a manutenção desse registro, deverão atender, cumulativamente, as seguintes condições:

(i) apresentar histórico de rentabilidade;
(ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos; e
(iii) os lucros futuros referidos no inciso anterior deverão ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para contingências

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota 19. Desta forma são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no

ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

(e) Deduções da receita bruta

A Medida Provisória nº 540/2011, que instituiu o Plano Brasil Maior, convertida na Lei nº 12.546/2011, determinou, dentre outras regras, a substituição da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta. A mudança não trata de uma prática contábil, mas o ajuste é decorrente de mudança de lei e impacta nas demonstrações financeiras prospectivamente. Com base no CPC nº 30 – Receitas, para fins de divulgação na demonstração do resultado, inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, a partir de janeiro de 2013 a Companhia optou por deduzir da receita e não mais considerar no custo ou na despesa, como foi realizado até 31 de dezembro de 2012.

3 COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS E AQUISIÇÕES DE INVESTIMENTOS

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos em 2013 estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes da SENIOR SOLUTION S.A. através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

3.1 AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

Aquisição da Drive Consultoria e Informática Ltda.

Em 6 de junho de 2013 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (“Senior Solution Consultoria”), celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Drive Consultoria e Informática Ltda. (“Drive”).

A transação envolveu o montante de R$15.000.000, composto por (a) parcela à vista de R$ 9.300.000,00, desembolsada na data da aquisição, e (b) parcelas à prazo totalizando R$ 5.700.000,00, a serem desembolsadas por meio de 48 pagamentos mensais de R$ 117.187,50 e um pagamento 5 anos após a assinatura do Contrato de R$ 75.000,00.

3.2. ATIVOS IDENTIFICÁVEIS ADQUIRIDOS E GOODWILL

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos nas combinações de negócios foram reconhecidos na data de aquisição.

Os ativos não identificáveis foram reconhecidos como ágio na data de aquisição e a segregação deste ágio foi registrada em 31 de dezembro de 2013. Os métodos e hipóteses utilizadas para avaliação do valores foram baseados no fluxo de caixa descontado a valor presente. Os fluxos de caixa projetados, tanto para a avaliação da marca quanto para o valor econômico da Drive, foram estimados para os próximos 5 anos. O fluxo de caixa de carteiras de clientes foi projetado para 10 anos. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 16,2% ao ano e a taxa de perpetuidade utilizada foi de 5,5% ao ano.

A seguir apresentamos a segregação do ágio que impactou as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2013:

Segregação do Ágio na aquisição da Drive	
Valor investido em 100% de Drive	15.000.000
100% do Patrimônio Líquido de Drive na data base	594.384
Ágio Gerado	**14.405.616**
100% de mais valia da marca	4.284.205
100% da mais valia da cláusula de não competição	239.199
100% da mais valia do software	3.072.000
100% da mais valia da carteira de clientes	6.592.448
Ágio Residual (*Goodwill*)	**217.764**

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeria e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

4.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2012.

4.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às variações do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos com clientes e fornecedores e de obrigações por aquisição de investimentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 100% a 106% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por outro lado, os financiamentos referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do empréstimo. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,25% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Foi atribuído às aplicações financeiras um rendimento médio de 103%, uma vez que nossas aplicações estão atreladas ao rendimento entre 100% a 106% do CDI.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	31.12.2013 Consolidado	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações financeiras	40.439.734	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
Média Juros equivalentes - CDI		103% CDI	7,47%	5,60%	3,74%
Receita financeira			3.019.837	2.265.919	1.512.001

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data-base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	31.12.2013 Consolidado	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
BNDES – nº 8202451017	671.195	TJLP+1%	40.272	50.340	60.408
Taxa de variação			6,00%	7,50%	9,00%
BNDES - nº 11201401016	5.700.000	TJLP+1%	342.000	427.500	513.000
Taxa de variação			6,00%	7,50%	9,00%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

5 DISPONIBILIDADES

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações possuem liquidez diária e apresentam risco baixo de perda de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Caixa	41	17	1.005	298
Bancos	507.871	1.587.422	1.705.538	2.491.454
Aplicações financeiras (i)	35.964.329	11.660.948	40.439.734	11.660.948
	36.472.241	**13.248.387**	**42.146.277**	**14.152.700**

(i) A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando de 100% a 106% do CDI.

6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Valores faturados	774.748	3.204.780	2.820.713	4.181.630
Serviços a faturar (i)	1.875.248	(556.443)	3.016.864	(467.870)
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	(83.217)	(173.253)	(320.562)	(425.642)
	2.566.779	**2.475.084**	**5.517.015**	**3.288.118**

(i) O valor de serviços a faturar refere-se a receita entregue aos clientes de acordo com o critério de reconhecimento de receita por competência, mas que até o momento não foifaturada.

(ii) As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual de todas as notas fiscais pendentes de recebimento, independente de suas datas de vencimento, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração. Esse procedimento garante uma assertividade maior em relação a outros procedimentos alternativos, como por data de vencimento. Abaixo apresentamos o movimento da referida provisão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(173.253)**	**(425.642)**
Adições	-	-
Reversões	-	7.189
Baixas	7.752	7.752
Saldo em 31 de março de 2013	**(165.501)**	**(410.701)**
Adições	-	-
Reversões	-	2.839
Baixas	-	-
Saldo em 30 de junho de 2013	**(165.501)**	**(407.862)**
Adições	-	-
Reversões	-	5.016
Baixas	99.995	99.995
Saldo em 30 de setembro de 2013	**(65.506)**	**(302.851)**
Adições	(17.711)	(17.711)
Reversões	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**(83.217)**	**(320.562)**

A Companhia possui a política de emissão de suas notas fiscais com prazo médio de vencimento de 15 dias.

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Serviços a faturar (prestar)	1.875.248	(556.443)	3.016.864	(467.870)
A vencer	594.784	2.224.357	2.130.503	2.826.431
Contas vencidas – de 1 a 30 dias	96.747	807.170	266.730	929.557
Contas vencidas – de 31 a 60 dias	-	-	29.546	-
Contas vencidas – de 61 a 90 dias	-	-	12.311	-
Contas vencidas – de 91 a 180 dias	-	-	36.934	-
Contas vencidas – de 181 a 360 dias	-	-	24.127	-
	2.566.779	**2.475.084**	**5.517.015**	**3.288.118**

Do saldo a receber que se encontrava vencido em 31 de dezembro de 2013, foi liquidado o montante de R$266.730 até a data desse relatório, o que corresponde a 77,2% do valor total das notas fiscais vencidas.

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
IRRF e IRPJ/CSLL a compensar (i)	212.386	153.737	1.413.545	879.397
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (ii)	254.208	168.011	403.633	405.805
IR sobre aplicações financeiras	108.696	53.491	110.235	115.562
	575.290	**375.239**	**1.927.413**	**1.400.764**

(i) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipados.

(ii) Refere-se ao PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no recebimento dos valores por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas.

8 DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são compostas basicamente por depósitos judiciais de causas trabalhistas ativas, bem como de depósito caução realizado como pré-requisito para o início da prestação do serviço em clientes.

9 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Adiantamento de PPR / Bônus	-	18.400	12.238	28.650
Adiantamento de 13º salário	-	-	-	-
Adiantamento de férias	25.621	34.658	56.135	38.517
Adiantamento a fornecedores	1.079	2.524	5.669	3.971
Outros créditos	-	1.035	-	1.036
	26.700	**56.617**	**74.042**	**72.174**

10 INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Abaixo são apresentadas as informações da Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas:

	% participação societária				
Razão Social	**31.12.2013**	**30.09.2013**	**30.06.2013**	**31.03.2013**	**31.12.2012**
Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.)	100%	100%	100%	100%	100%

	% participação societária				
Razão Social	**31.12.2013**	**30.09.2013**	**30.06.2013**	**31.03.2013**	**31.12.2012**
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informatica S.A.)	100%	100%	100%	83,23%	83,23%
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	100%	99,91%	99,78%	99,15%	99,15%
Drive Consultoria e Informática Ltda (i)	100%	100%	100%	n/a	n/a

(i) O percentual apresentado refere-se à participação indireta da Companhia através de sua investida direta Senior Solution Consultoria em Informática S.A.

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2013 entre a Controladora, suas controladas e administradores da Companhia:

	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	**Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)**	**Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)**	**Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)**
Controladas	**31.12.2013**		**31.12.2012**	
Administradores - Exercício do plano de ações (i)	410.080	-	-	-
Circulante	**410.080**	**-**	**-**	**-**
Senior Solution Serviços em Informática S.A. (ii)	1.263.500	-	762.057	-
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (ii)	590.777	-	-	893.432
Controlpart Consultoria e Participações Ltda. (ii)	-	-	351.911	-
Não Circulante	**1.854.277**	**-**	**1.113.968**	**893.432**
	2.264.357	**-**	**1.113.968**	**893.432**

(i) O montante refere-se ao saldo a receber dos administradores beneficiários das opções exercidas em 30 de agosto de 2013, cujo prazo para o pagamento do preço de exercício se encerra em 30 de junho de 2014. Para mais detalhes vide nota 21.

(ii) As transações entre as empresas do Grupo referem-se a transações de mútuo e compartilhamento de gastos, não havendo transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as partes, e são executadas com base em contratos firmados.

11 INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas

				Total de investimento		Resultado de equivalência. patrimonial	
	Patrimônio líquido	Participação (%)	Resultado do exercício	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.)	1.605.390	100%	140.662	1.605.390	1.470.514	140.662	443.563
Senior Solution Consultoria em Informática S.A. (anteriormente denominada Ecommerce Consultoria em Informática S.A.)(i)	13.789.560	100%	1.096.607	13.789.560	1.875.969	1.158.700	(443.660)
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.(ii)	2.264.395	100%	2.111.020	2.264.395	12.917	2.102.033	1.157.646
				17.659.345	**3.359.400**	**3.401.395**	**1.157.549**

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de maio de 2013 foi aprovada a aquisição das quotas remanescentes da controlada Senior Consultoria em Informática Ltda. As mesmas representavam 16,77% do capital social da investida. Assim, a participação da Companhia na investida passou a ser de 100%.

(ii) Em 31 de maio de 2013, os quotistas da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. aprovaram o aumento do capital social da empresa através da conversão de dívida com empresas ligadas à controlada, passando de R$699.900 para R$1.913.236. Adicionalmente, os quotistas aprovaram a redução do capital social de R$1.913.236 para R$1.152.423, por meio da absorção dos prejuízos acumulados até a referida data. Com esta movimentação a participação da Companhia passou de 99,15% para 99,78%. Em 30 de setembro de 2013 a Companhia adquiriu 0,13%. Por fim, em 31 de dezembro de 2013, foi adquirido pela Companhia o percentual remanescente de 0,09%, encerrando, desta forma, o ano com a participação de 100% do capital da investida.

b) Movimentação dos investimentos

	Senior Solution Consultoria em Informática S.A.	Senior Solution Serviços em Informática S.A.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	Total
Investimentos em 31 de dezembro de 2012	**1.875.969**	**1.470.514**	**12.917**	**3.359.400**
Equivalência patrimonial	(346.161)	9.725	292.229	(44.207)

	Senior Solution Consultoria em Informática S.A.	Senior Solution Serviços em Informática S.A.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	Total
Distribuição de dividendos (i)	-	-	(543.672)	(543.672)
Investimentos em 31 de março de 2013	**1.529.808**	**1.480.239**	**(238.526)**	**2.771.521**
Aquisição de investimentos (ii)	298.149	-	-	298.149
Prêmio por diluição de minoritários (iii)	-	-	5.316	5.316
Aumento de capital (iii)	10.550.000	-	1.213.336	11.763.336
Resultado de exercícios anteriores (iv)	(88.080)	(5.785)	-	(93.865)
Equivalência patrimonial	740.420	407.632	847.921	1.995.973
Distribuição de dividendos (i)	(5.177)	-	(266.538)	(271.715)
Investimentos em 30 de junho de 2013	**13.025.120**	**1.882.086**	**1.561.509**	**16.468.715**
Equivalência patrimonial	125.488	374.362	479.852	979.702
Distribuição de dividendos (i)	-	-	(169.142)	(169.142)
Investimentos em 30 de setembro de 2013	**13.150.608**	**2.256.448**	**1.872.219**	**17.279.275**
Equivalência patrimonial	638.953	(651.058)	482.031	469.926
Distribuição de dividendos (i)	-	-	(89.856)	(89.856)
Investimentos em 31 de dezembro de 2013	**13.789.561**	**1.605.390**	**2.264.394**	**17.659.345**

(i) As empresas investidas Senior Solution Consultoria Ltda., através de sua controlada Drive Consultoria e Informática Ltda. e Controlpart Consultoria e Participações Ltda. distribuiu a seus quotistas minoritários dividendos ao longo do ano de 2013, conforme Atas de Reunião de Quotistas devidamente registradas. De acordo com o Contrato Social da empresa investida, os lucros deverão ser preferencialmente distribuídos na proporção da participação dos sócios no capital social. Todavia, por deliberação dos sócios, detentores da totalidade das quotas representativas do capital social, os lucros poderão ser distribuídos desproporcionalmente.

(ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de maio de 2013 foi aprovada a aquisição das quotas remanescentes da controlada Senior Consultoria em Informática Ltda. As mesmas representavam 16,77% do capital social da investida.

(iii) Em reunião de Conselho de Administração realizada em 06 de junho de 2013 foi aprovado o aumento de capital social da controlada Senior Consultoria em Informática Ltda, atráves de aporte de capital no montante de R$10.550.000 realizado na mesma data pela Controladora. Em 31 de maio de 2013, os quotistas da Controlpart Consultoria e Participações Ltda. aprovaram o aumento

do capital social da empresa através da conversão de dívida com empresas ligadas à controlada, passando de R$699.900 para R$1.913.236. Adicionalmente, os quotistas aprovaram a redução do capital social de R$1.913.236 para R$1.152.423, por meio da absorção dos prejuízos acumulados até a referida data. Com esta movimentação a participação da Companhia passou de 99,39% para 99,78% gerando um prêmio pela diluição de participação de quotistas minoritários.

(iv) No segundo trimestre de 2013 a Companhia concluiu a revisão dos créditos tributários de empresas adquiridas nos últimos anos, gerando a necessidade de baixa de créditos relativos a exercícios anteriores.

12 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

				Controladora	
				31.12.2013	31.12.2012
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	227.099	(183.158)	43.941	58.729
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	188.795	(95.168)	93.627	109.957
Móveis e utensílios	9 - 12	539.466	(313.129)	226.337	272.443
Computadores e periféricos	4 - 5	862.176	(746.791)	115.385	94.295
		1.817.536	**(1.338.246)**	**479.290**	**535.424**

				Consolidado	
				31.12.2013	31.12.2012
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	352.198	(301.305)	50.893	63.727
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	206.698	(101.103)	105.595	123.633
Móveis e utensílios	9 - 12	1.096.642	(666.790)	429.852	301.342
Computadores e periféricos	4 - 5	2.538.509	(2.074.038)	464.471	156.667
		4.194.047	**(3.143.236)**	**1.050.811**	**645.369**

b) Movimentação Controladora

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**222.205**	**186.931**	**539.050**	**916.556**	**1.864.742**
Adições	-	-	-	459	459
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**222.205**	**186.931**	**539.050**	**917.015**	**1.865.201**
Adições	-	-	744	1.418	2.162
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**222.205**	**186.931**	**539.794**	**918.433**	**1.867.363**
Adições	8.379	-	422	1.552	10.353
Baixas	(3.485)	(746)	(250)	(114.997)	(119.478)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**227.099**	**186.185**	**539.966**	**804.988**	**1.758.238**
Adições	-	3.960	-	66.027	69.987
Baixas	-	(1.350)	(500)	(6.512)	(8.362)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**227.099**	**188.795**	**539.466**	**864.503**	**1.819.863**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(163.476)**	**(76.974)**	**(266.607)**	**(822.261)**	**(1.329.318)**
Adições	(6.004)	(4.763)	(11.803)	(12.629)	(35.199)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**(169.480)**	**(81.737)**	**(278.410)**	**(834.890)**	**(1.364.517)**
Adições	(5.587)	(4.763)	(11.825)	(10.915)	(33.090)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**(175.067)**	**(86.500)**	**(290.235)**	**(845.805)**	**(1.397.607)**
Adições	(5.265)	(4.750)	(11.822)	(11.544)	(33.381)
Baixas	2.381	299	250	114.997	117.927
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**(177.951)**	**(90.951)**	**(301.807)**	**(742.352)**	**(1.313.061)**
Adições	(5.207)	(4.790)	(11.822)	(13.278)	(35.097)
Baixas	-	573	500	6.512	7.585
Transferências	-	-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(183.158)**	**(95.168)**	**(313.129)**	**(749.118)**	**(1.340.573)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2013	**43.941**	**93.627**	**226.337**	**115.385**	**479.290**

c) Movimentação Consolidado

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**343.414**	**204.833**	**699.502**	**1.358.698**	**2.606.447**
Adições	-	-	-	460	460
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**343.414**	**204.833**	**699.502**	**1.359.158**	**2.606.907**
Adições	-	-	744	4.818	5.562
Novos investimentos (i)	-	-	393.012	1.235.835	1.628.847
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**343.414**	**204.833**	**1.093.258**	**2.599.811**	**4.241.316**
Adições	8.378	-	422	1.949	10.749
Baixas	(3.485)	(746)	(250)	(120.056)	(124.537)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**348.307**	**204.087**	**1.093.430**	**2.481.704**	**4.127.528**
Adições	3.891	3.960	4.812	67.887	80.550
Baixas	-	(1.349)	(1.600)	(6.892)	(9.841)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**352.198**	**206.698**	**1.096.642**	**2.542.699**	**4.198.237**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(279.687)**	**(81.200)**	**(398.160)**	**(1.202.031)**	**(1.961.078)**
Adições	(6.474)	(5.190)	(13.710)	(19.581)	(44.955)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**(286.161)**	**(86.390)**	**(411.870)**	**(1.221.612)**	**(2.006.033)**
Adições	(6.056)	(5.190)	(15.626)	(28.386)	(55.258)
Novos investimentos (i)	-	-	(206.976)	(844.257)	(1.051.233)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**(292.217)**	**(91.580)**	**(634.472)**	**(2.094.255)**	**(3.112.524)**
Adições	(5.734)	(34.596)	(16.847)	(26.000)	(83.177)
Baixas	2.381	299	250	120.056	122.986
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**(295.570)**	**(125.877)**	**(651.069)**	**(2.000.199)**	**(3.072.715)**
Adições	(5.735)	(5.218)	(17.224)	(55.503)	(83.680)
Baixas	-	574	1.503	6.892	8.969
Transferências (ii)	-	29.418	-	(29.418)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(301.305)**	**(101.103)**	**(666.790)**	**(2.078.228)**	**(3.147.426)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2013	**50.893**	**105.595**	**429.852**	**464.471**	**1.050.811**

(i) Refere-se aos itens do ativo imobilizado da empresa Drive Consultoria e Informática Ltda., adquirida em 06 de junho de 2013.

(ii) A transferência é decorrente da revisão de classificação dos itens do imobilizado da empresa adquirida Drive Consultoria e Informática Ltda. ao padrão do Grupo Senior.

13 INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

				Controladora	
				31.12.2013	31.12.2012
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio pela aquisição de controladas - Goodwill	-	10.158.992	(1.121.582)	9.037.410	9.037.410
Desenvolvimento de novos produtos	5	5.091.481	(5.091.481)	-	500.310
Direito de uso de softwares	5	187.834	(123.999)	63.835	77.910
Marcas e patentes	-	613.232	-	613.232	613.232
		16.051.539	**(6.337.062)**	**9.714.477**	**10.228.862**

				Consolidado	
				31.12.2013	31.12.2012
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio pela aquisição de controladas - Goodwill	-	10.376.756	(1.121.582)	9.255.174	9.037.410
Desenvolvimento de novos produtos	5	5.091.481	(5.091.481)	-	500.310
Software DriveAmnet	-	3.072.000	-	3.072.000	-
Direito de uso de softwares	5	580.761	(289.218)	291.543	106.818
Valor carteira de clientes Drive	10	6.592.448	-	6.592.448	-
Acordo de não competição	5	239.199	-	239.199	-
Marcas e patentes	-	4.910.931	-	4.910.931	626.726
		30.863.576	**(6.502.281)**	**24.361.295**	**10.271.264**

b) Movimentação Controladora

	Ágio pela aquisição de controladas - *Goodwill*	Desenvolvimento de novos produtos	Direito de uso de softwares	Marcas e patentes	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**10.158.992**	**5.091.481**	**178.976**	**613.232**	**16.042.681**
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**10.158.992**	**5.091.481**	**178.976**	**613.232**	**16.042.681**
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**10.158.992**	**5.091.481**	**178.976**	**613.232**	**16.042.681**
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**10.158.992**	**5.091.481**	**178.976**	**613.232**	**16.042.681**
Adições	-	-	8.858	-	8.858
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**10.158.992**	**5.091.481**	**187.834**	**613.232**	**16.051.539**
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(1.121.582)**	**(4.591.171)**	**(101.066)**	**-**	**(5.813.819)**
Adições	-	(125.078)	(6.572)	-	(131.650)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**(1.121.582)**	**(4.716.249)**	**(107.638)**	**-**	**(5.945.469)**
Adições	-	(125.077)	(5.512)	-	(130.589)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**(1.121.582)**	**(4.841.326)**	**(113.150)**	**-**	**(6.076.058)**
Adições	-	(125.078)	(5.424)	-	(130.502)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**(1.121.582)**	**(4.966.404)**	**(118.574)**	**-**	**(6.206.560)**
Adições	-	(125.077)	(5.425)	-	(130.502)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(1.121.582)**	**(5.091.481)**	**(123.999)**	**-**	**(6.337.062)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2013	**9.037.410**	**-**	**63.835**	**613.232**	**9.714.477**

c) Movimentação Consolidado

	Ágio pela aquisição de controladas – *Goodwill*	Desenvolvimento de novos produtos	Software DriveAmnet	Direito de uso de softwares	Valor Carteira de Clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**10.158.992**	**5.091.481**	**-**	**285.109**	**-**	**-**	**626.726**	**16.162.308**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**10.158.992**	**5.091.481**	**-**	**285.109**	**-**	**-**	**626.726**	**16.162.308**
Adições	14.405.616	-	-	-	-	-	-	14.405.616
Novos investimentos (i)	-	-	-	293.456	-	-	-	293.456
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**24.564.608**	**5.091.481**	**-**	**578.565**	**-**	**-**	**626.726**	**30.861.380**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(6.663)	-	-	-	(6.663)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**24.564.608**	**5.091.481**	**-**	**571.902**	**-**	**-**	**626.726**	**30.854.717**
Adições	-	-	-	8.859	-	-		8.859
Baixas	-	-	-	-	-	-		-
Transferências (ii)	(14.187.852)	-	3.072.000	-	6.592.448	239.199	4.284.205	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**10.376.756**	**5.091.481**	**3.072.000**	**580.761**	**6.592.448**	**239.199**	**4.910.931**	**30.863.576**
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(1.121.582)**	**(4.591.171)**	**-**	**(178.291)**	**-**	**-**	**-**	**(5.891.044)**
Adições	-	(125.078)	-	(9.643)	-	-	-	(134.721)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2013	**(1.121.582)**	**(4.716.249)**	**-**	**(187.934)**	**-**	**-**	**-**	**(6.025.765)**
Adições	-	(125.077)	-	(9.720)	-	-	-	(134.797)
Novos investimentos (i)	-	-	-	(71.171)	-	-	-	(71.171)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	**(1.121.582)**	**(4.841.326)**	**-**	**(268.825)**	**-**	**-**	**-**	**(6.231.733)**
Adições	-	(125.078)	-	(13.587)	-	-	-	(138.665)
Baixas	-	-	-	6.663	-	-	-	6.663
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	**(1.121.582)**	**(4.966.404)**	**-**	**(275.749)**	**-**	**-**	**-**	**(6.363.735)**
Adições	-	(125.077)	-	(13.469)	-	-	-	(138.546)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**(1.121.582)**	**(5.091.481)**	**-**	**(289.218)**	**-**	**-**	**-**	**(6.502.281)**
Saldo líquido 31 de dezembro de 2013	**9.255.174**	**-**	**3.072.000**	**291.543**	**6.592.448**	**239.199**	**4.910.931**	**24.361.295**

(i) Refere-se aos itens do ativo intangível da empresa Drive Consultoria e Informática Ltda., adquirida em 06 de junho de 2013.

(ii) O valor apresentado refere-se a alocação do preço de compra da empresa Drive Consultoria e Informática Ltda. Na data de 31 de dezembro de 2013 foram contabilizados nas respectivas contas contábeis a título de valor da marca, valor da não concorrência, valor do software e valor da carteira de clientes adquiridos. Estes valores foram obtidos por meio do laudo de avaliação e alocação do preço de compra (PPA – *Purchase Price Allocation*), preparado por uma empresa de consultoria independente, em que foram discriminados os ativos intangiveis identificados, de acordo com o pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios e regulamentos aplicáveis. Para mais informações vide nota 3.2.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos é a seguinte:

			Controladora e Consolidado	
	Encargos	**Vencimento**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
BNDES – nº 8202451017	TJLP + 1% a.a.	15/06/2014	671.195	1.948.928
BNDES – nº 11201401016 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	5.700.000	4.290.535
Finame nº 31/495886	TJLP + 6.9% a.a.	15/01/2013	-	577
Cartão BNDES	11,8% a.a.	15/09/2015	-	69.181
Santander	12,9% a.a.	01/12/2016	-	4.042.167
Ajuste a valor presente			(883.676)	(727.958)
Total			**5.487.519**	**9.623.430**
(–) Circulante			**(1.496.453)**	**(2.160.622)**
Não circulante			**3.991.066**	**7.462.808**

(i) Em 17 de abril de 2012, em 24 de setembro de 2012 e em 09 de setembro de 2013, a Companhia recebeu a primeira, a segunda e a terceira liberação do quarto empréstimo do BNDES nos valores de R$2.850.000, 1.425.000 e 1.425.000, respectivamente, também dentro do programa BNDES Prosoft - Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado
Ano	**31.12.2013**
1º trimestre 2015	279.638
2º trimestre 2015	279.638
3º trimestre 2015	279.638
4º trimestre 2015	279.638
1º trimestre 2016	316.758
2º trimestre 2016	316.758
3º trimestre 2016	316.758
4º trimestre 2016	316.758
1º trimestre 2017	342.228
2º trimestre 2017	342.228
3º trimestre 2017	342.228
4º trimestre 2017	342.228
1º trimestre 2018	236.570
	3.991.066

14.1 COVENANTS

A Companhia tem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

15 ADIANTAMENTO DE CLIENTE

O montante registrado em adiantamento de clientes refere-se a notas fiscais emitidas para clientes, cujos serviços não foram prestados. A medida que o serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado.

16 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Salários e honorários a pagar	-	61.218	-	64.716
INSS/FGTS a recolher	216.539	315.650	553.192	417.671
IRRF sobre salários	251.021	215.822	464.606	285.277
Provisão para férias	1.075.456	1.036.288	2.235.905	1.363.725
Provisão para décimo terceiro salário e encargos	-	-	-	-
Bônus, comissão e participação nos resultados	1.034.395	1.045.858	1.498.661	1.457.626
Outros	6.229	134.491	12.523	139.402
	2.583.640	**2.809.327**	**4.764.887**	**3.728.417**

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
IR e CS a recolher	2.644	630.852	172.610	761.706
ISS a recolher	94.095	247.703	322.179	303.342
PIS/COFINS a recolher	8.054	40.523	56.767	63.459
Outros impostos a pagar	541	44.871	1.013	44.871
Total	**105.334**	**963.949**	**552.569**	**1.173.378**

18 OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Aquisição Controlpart	366.117	407.056	366.117	407.056
Aquisição Senior Consultoria (i)	275.643	157.065	275.643	157.065
Aquisição Drive Consultoria (ii)		-	1.406.250	-
Ajuste a valor presente	(36.013)	(43.096)	(239.534)	(43.096)
Passivo circulante	**605.747**	**521.025**	**1.808.476**	**521.025**
Aquisição Controlpart	1.952.616	2.318.733	1.952.616	2.318.733
Aquisição Senior Consultoria (i)	-	130.887	-	130.887
Aquisição Drive Consultoria (ii)	-	-	3.590.627	-
Ajuste a valor presente	(92.389)	(128.402)	(394.153)	(128.402)
Passivo não circulante	**1.860.227**	**2.321.218**	**5.149.090**	**2.321.218**
Obrigações por aquisição de investimento	**2.465.974**	**2.842.243**	**6.957.566**	**2.842.243**

(i) Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de maio de 2013, foi aprovada a aquisição das quotas remanescentes da controlada Senior Consultoria em Informática Ltda. As mesmas representavam 16,77% do capital social da investida.

(ii) Em 6 de junho de 2013 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Solution Consultoria"), celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Drive Consultoria e Informática Ltda. ("Drive"). O preço total da compra foi de R$ 15.000.000,00, composto por (a) parcela à vista de R$ 9.300.000,00, desembolsada na data da aquisição, e (b) parcelas à prazo totalizando R$ 5.700.000,00, a serem desembolsadas por meio de 48 pagamentos mensais de R$ 117.187,50, a partir do mês seguinte à transação, e um pagamento 5 anos após a assinatura do Contrato de R$ 75.000,00.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Período	**31.12.2013**	**31.12.2013**
1º trimestre 2015	83.993	396.294
2º trimestre 2015	83.993	396.294
3º trimestre 2015	83.993	396.294
4º trimestre 2015	83.993	396.294
1º trimestre 2016	85.487	409.856
2º trimestre 2016	85.487	409.856
3º trimestre 2016	85.487	409.856
4º trimestre 2016	85.487	409.856
1º trimestre 2017	87.007	253.350
2º trimestre 2017	87.007	253.350
3º trimestre 2017	87.007	253.350
4º trimestre 2017	87.007	253.350
1º trimestre 2018	88.042	107.245
2º trimestre 2018	88.042	107.245
3º trimestre 2018	88.042	107.245
4º trimestre 2018	88.042	107.245
1º trimestre 2019	90.129	90.129
2º trimestre 2019	90.129	90.129
3º trimestre 2019	90.129	90.129
4º trimestre 2019	90.129	90.129
1º trimestre 2020	91.193	91.192
2º trimestre 2020	30.402	30.402
	1.860.227	**5.149.090**

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2013		31.12.2012	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Processos trabalhistas e previdenciários (i)	1.245.956	82.250	1.446.595	70.155	1.862.789	94.830	1.446.595	82.735

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contigência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**1.446.595**	**1.446.595**
Adições	15.000	83.932
Reversões	(200.639)	(200.639)
Baixas	(15.000)	(83.932)
Adições - novos investimentos (i)	-	616.833
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**1.245.956**	**1.862.789**

(i) O aumento em 2013 da provisão para contigência no Consolidado se deve, principalmente, à consolidação das demonstrações financeiras da empresa adquirida Drive Consultoria e Informática Ltda., em de junho de 2013.

a) Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

b) Previdenciário

A Companhia revisa tempestivamente o risco de autuação previdenciária decorrente da contratação de prestadores de serviços e gerencia esses contratos de forma a mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 50.560.594 (em 31 de dezembro de 2012 era de R$ 10.495.351), totalmente subscrito e parcialmente integralizado. O valor referente às opções exercidas em 30 de agosto de 2013 no valor de R$410.080 será integralizado em 30 de junho de 2014, momento em que os beneficiários do plano de opções da Companhia farão pagamento do valor de exercício (vide nota 21). O capital é representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2012 era de 8.207.408). Os titulares das ações ordinárias tem direito a um voto por ação nas assembleias de acionistas da Companhia.

Em 26 de abril de 2012 a Companhia obteve o registro de Companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo cumprido todos os requisitos estabelecidos na Instrução CVM nº 480 para registro na Categoria A. Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e no artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), foi requerido pela Companhia e seus acionistas, em 19 de dezembro de 2012, perante a CVM o registro da oferta pública de distribuição primária e secundária.

No dia 08 de março de 2013 a Companhia efetuou sua oferta pública inicial de ações, no segmento de Bovespa Mais, compreendendo: (i) a distribuição pública primária de 3.448.275 ações ordinárias emitidas pela Companhia, e (ii) a distribuição pública secundária de 1.548.420 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores, realizada exclusivamente no Brasil ao preço de R$11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por ação. A liquidação financeira ocorreu no dia 12 de março de 2013. E no dia 10 de abril de 2013, foi comunicado ao mercado o anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia.

As despesas com a listagem e oferta pública de ações foram de R$ 2.957.329. Esses gastos foram reconhecidos contabilmente, líquidos dos efeitos dos tributos, em conta de patrimônio líquido denominada "Despesas com emissão de ações". De acordo com o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, "os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais".

Despesas com emissão de ações:	**Valor em R$**	**%**
Comissões e bônus	1.916.718	64,8%
Honorários profissionais	640.695	21,7%
Taxas de registro	187.503	6,3%
Publicações legais	109.608	3,7%
Outros (em sua maioria gastos com *road-show*)	102.805	3,5%
Total das despesas	**2.957.329**	**100%**
Despesas indedutíveis para cálculo de imposto de renda e contribuição social	(2.046)	
Base para cálculo de imposto de renda e contribuição social	2.955.283	
Total de imposto de renda e contribuição social (34%)	(1.004.796)	
Total líquido dos efeitos dos impostos	**1.952.533**	

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 50.150.514 para R$ 50.560.594, em razão da emissão de ações ordinárias decorrentes do exercício de opções pelos beneficiários do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de fevereiro de 2008 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2012. Nesse contexto, foram emitidas 131.520 ações ordinárias ao preço de exercício de R$ 3,118 por opção, passando o capital social a ser representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O aumento do capital foi aprovado dentro do limite de capital autorizado em conformidade com o Art. 12 alínea "p" do Estatuto Social da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia:

	31.12.2013	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**%**
Kondor Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e Kondor Advisory Ltda.	1.360.448	11,54%
BNDES Participações S.A	1.347.960	11,44%
Bernardo Francisco Pereira Gomes	1.327.065	11,26%
Antonio Luciano de Camargo Filho	1.315.817	11,16%
FMIEE Stratus GC	1.026.964	8,71%
Una Capital Ltda.	940.765	7,98%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.	807.402	6,85%
Outros acionistas	3.660.782	31,06%
Total	**11.787.203**	**100,00%**

21 PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

No dia 06 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou por unanimidade, a recompra das opções outorgadas aos beneficiários que se desligaram da Companhia. A liquidação antecipada para beneficiários desligados está prevista no plano de opção. Desta forma, não houve diluição para os acionistas e investidores no momento da oferta pública de ações, ocorrida no dia 08 de março de 2013, no montante das opções exercíveis por estes beneficiários. A recompra das opções foi realizada nos termos do Capítulo XI do referido plano. Para mais informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias, consultar o relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2012.

A tabela abaixo apresenta as datas de outorga do plano de opção para cada beneficiário contemplado nesta liquidação antecipada, ocorrida no dia 06 de fevereiro de 2013, bem como o número de opções objeto da recompra:

Data da Outorga	Opções Exercíveis[1]	Preço de Exercício (R$)[2]
21/06/2011	17.080	2,10
27/03/2008	54.656	2,10
27/03/2008	54.656	2,10
Total	**126.392**	

[1] A Quantidade por opção foi alvo de um desdobramento em 07 de dezembro de 2012 de 1 opção para 8 opções.

[2] Devido ao desdobramento ocorrido em 07 de dezembro de 2012 de 1 opção para 8 opções, o preço de exercício passou a ser de R$ 2,10. De acordo com o artigo 23 do Plano de Opção, o preço de aquisição previsto nos contratos de opção será atualizado pelo IGP-M FGV, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, até a data da efetiva subscrição e/ou aquisição.

Em reunião do Conselho de Administração, ocorrida no dia 30 de abril de 2013, foi aprovada por unanimidade a fixação do prazo para exercício das opções emitidas pela Companhia e as condições de pagamento, tendo em vista a ocorrência de um evento de liquidez (conforme definido no Art. 20 do referido plano, que foi a oferta pública inicial de ações). Os conselheiros deliberaram que seus beneficiários poderão exercer as opções exercíveis até 30 de setembro de 2013 e, no caso de exercício, deverão realizar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, até 30 de junho de 2014.

Posteriormente, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 50.150.514 para R$ 50.560.594, em razão da emissão de ações ordinárias decorrentes do exercício de opções pelos beneficiários do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de fevereiro de 2008 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2012. Nesse contexto, foram emitidas 131.520 ações ordinárias ao preço de exercício de R$3,118 por opção, passando o capital social a ser representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem

valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O aumento do capital foi aprovado dentro do limite de capital autorizado em conformidade com o Art. 12 alínea "p" do Estatuto Social da Companhia.

Demonstramos abaixo a movimentação do saldo de opções outorgadas para fins de cálculo de diluição:

	Ações
Em aberto no início do exercício	257.912
Outorgadas durante o período	-
Liquidadas e canceladas durante o período	(126.392)
Exercidas durante o período	(131.520)
Em aberto ao final do período	-

O quadro abaixo demonstra o percentual de diluição de participação a que os atuais acionistas foram submetidos em função do exercício das opções outorgadas:

	30.08.2013
Quantidade de ações	11.655.683
Opções outorgadas em vigor	131.520
Percentual máximo de diluição	1,13%

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		**Consolidado**	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Software	16.152.496	13.905.756	18.565.234	16.352.051
Serviços	5.923.785	13.987.130	7.747.117	14.616.402
Consultoria	89.894	213.893	3.396.354	4.401.701
Outsourcing	8.042.249	8.308.809	17.206.861	14.843.471
Drive (i)	-	-	9.789.639	-
Receita bruta de serviços	**30.208.424**	**36.415.588**	**56.705.205**	**50.213.625**
ISS	(1.147.441)	(1.532.034)	(2.416.696)	(2.151.278)
PIS e COFINS	(1.082.297)	(1.327.672)	(2.047.487)	(1.816.846)
INSS patronal	(593.040)	-	(1.045.157)	-
Total da receita operacional líquida	**27.385.646**	**33.555.882**	**51.195.865**	**46.245.501**

(i) Refere-se à receita bruta da empresa Drive Consultoria e Informática Ltda. considerada a partir de 06 de junho de 2013 para fins de consolidação, data da aquisição feita pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 9,7% para o Consolidado, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social). Entre as unidades de negócio, Software apresentou uma alíquota média de impostos sobre as vendas de 8,6%, Serviços de 10,3%, Outsourcing de 10,3%, Consultoria de 8,7% e Drive de 10,6%.

23 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Mão de obra terceirizada	2.762.828	3.694.947	4.267.855	5.367.304
Pessoal, encargos e benefícios	10.750.190	11.777.398	23.881.403	18.697.269
Outros custos	601.017	403.059	811.731	822.152
	14.114.035	**15.875.404**	**28.960.989**	**24.886.725**

24 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Serviços de terceiros	1.009.059	632.310	1.492.570	1.128.764
Pessoal, encargos e benefícios	4.124.740	3.665.653	6.111.291	3.849.829
Comissões	212.283	263.904	242.259	280.416
Aluguéis, seguros, condomínios e outros	1.156.326	995.244	1.968.356	1.356.024
Complemento (Reversão) provisão para bônus e participação nos resultados	931.708	779.353	819.313	1.118.367
Complemento (Reversão) provisão devedores duvidosos	17.711	108.634	2.668	79.737
Complemento (Reversão) provisão para contingência	(185.639)	417.559	(116.707)	417.559
Energia, comunicação e outros	509.138	645.082	686.478	681.315
Consultores, advogados e auditores	885.393	596.393	1.110.651	713.458
Despesas centro de serviço compartilhado	(1.854.277)	-	-	-
Despesas com passagens e estadias	114.405	44.814	304.690	47.921
Outros gastos (i)	173.316	170.569	219.047	252.714
	7.094.163	**8.319.515**	**12.840.616**	**9.926.104**

(i) Referem-se, principalmente, a outras provisões e demais materiais e insumos necessários à operação.

Do total das despesas gerais e administrativas em 2013, um montante de R$925 mil refere-se a gastos com a estrutura e processos relacionados a fusões e aquisições, enquanto que em 2012 este montante foi de R$288 mil.

25 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Despesas financeiras:				
Juros de aquisição de investimento e outros	(358.788)	(167.461)	(375.249)	(176.509)
Juros sobre empréstimos	(457.663)	(456.934)	(457.663)	(540.213)
Despesas bancárias	(13.401)	(8.402)	(27.633)	(11.635)
Ajuste a valor presente (i)	(124.915)	(316.206)	(243.561)	(316.206)
Despesas com IOF	(1.014)	(71.331)	(8.832)	(74.654)
Outros	(2.192)	(2.526)	(12.078)	(4.149)
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação	2.623.589	218.249	2.817.403	218.249
Correção monetária de créditos tributários	78.399	265.271	137.688	276.357
Ajuste a valor presente (i)	237.536	696.103	861.467	696.103
Descontos obtidos	13.106	36.369	13.106	38.348
	1.994.657	**193.132**	**2.704.648**	**105.691**

(i) Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e uma taxa de desconto, obtida por meio do WACC (Weighted Average Cost of Capital) da Companhia. Os principais saldos afetados pelo ajuste a valor presente foram das contas de empréstimos e financiamentos, bem como das contas de obrigações por aquisição de investimento.

26 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa acumulados.

a) Imposto de renda corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2013	**31.12.2012**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	7.831.136	7.651.068
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	2.662.586	2.601.363
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(102.668)	(666.237)
Ajustes receita por competência	(204.229)	405.450
Provisão para pagamento de bônus	183.280	188.592
Provisão para contingência	(68.217)	20.366
Provisão para devedores duvidosos	(30.612)	(12.324)
Equivalência patrimonial	(1.156.474)	(393.567)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	-	(74.392)
Provisão PPR	41.362	90.656
Pagamento de associação de classes	13.592	10.716
Despesa com emissão de ações	(664.796)	-
PAT e outras diferenças permanentes	17.082	7.154
Ajuste a valor presente	(38.291)	(129.165)
Amortização de ágio dedutível	(417.284)	(489.688)
Parcela isenta da aliquota adicional	(24.000)	-
Prejuízo fiscal e lucro presumido (i)	-	-
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	**211.331**	**1.558.924**

	Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	8.066.926	8.405.620
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	2.742.755	2.857.911
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(102.668)	(739.567)
Ajustes receita por competência	(450.766)	409.364
Provisão para pagamento de bônus	162.323	233.039
Provisão para contingência	(68.217)	20.366
Provisão para devedores duvidosos	(35.727)	(23.947)
Equivalência patrimonial	-	(393.567)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	(318.459)	(74.392)
Provisão PPR	68.788	81.755
Pagamento de associação de classes	21.087	18.662
Despesa com emissão de ações	(664.796)	-
PAT e outras diferenças permanentes	6.151	14.352
Ajuste a valor presente	(210.088)	(129.165)
Amortização de ágio dedutível	(417.284)	(489.688)
Parcela isenta da aliquota adicional	(38.000)	-
Prejuízo fiscal e lucro presumido (i)	(135.346)	593.552
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	**559.753**	**2.378.675**

(i) As controladas Senior Solution Serviços em Informática S.A. e Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. apresentaram prejuízo fiscal no período. A Controladora apurou imposto de renda e contribuição social no montante de R$211.331, a controlada Drive Consultoria e Informática Ltda. apurou o montante de R$289.214, porém com o incetivo fiscal Lei do bem levantado em 2013 referente a 2012 o valor mencionado passou a ser um estorno de R$29.245. As empresas mencionadas seguem o regime de apuração de lucro real. A controlada Controlpart Consultoria e Participações Ltda. segue o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, que resultou em uma despesa de R$377.668 no ano de 2013.

b) Imposto de renda diferido

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	892.269	994.937	3.249.507	3.007.723
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.293	58.906	41.771	77.498
Provisão para contingência e outras obrigações	423.625	491.842	423.625	491.842
	1.344.187	**1.545.685**	**3.714.903**	**3.577.063**

O montante de R$309.228 registrado como imposto de renda e contribuição social diferido no passivo corresponde ao valor do imposto relacionado aos ajustes de receita por competência, referente ao saldo de serviços a faturar (nota 6) e ao saldo de adiantamento de clientes (nota 15).

O montante de R$1.176.185 relativo ao imposto de renda e contribuição social diferido na demonstração de resultado é composto da seguinte forma:

	Consolidado		
	31.12.2013	**31.12.2012**	**Variação**
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido (ativo)	3.714.903	3.577.063	(137.840)
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido (passivo)	(309.229)	-	309.229
IRPJ/CSLL referente a despesas como emissão de ações (i)	(1.004.796)	-	1.004.796
Efeito no resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			**1.176.185**

(i) Contempla o registro contábil do impacto tributário referente aos gastos relacionados à oferta pública de ações da Companhia, ocorrida no dia 08 de março de 2013. Para mais informações consultar nota explicativa nº 20.

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos atuais em um prazo de aproximadamente 5 anos.

27 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	6.384.095	6.020.813
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias (i)	11.124.811	8.207.408
Resultado básico por ação	**0,574**	**0,734**

	31.12.2013	**31.12.2012**
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	6.384.095	6.020.813
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias (i)	11.124.811	8.207.408
Média ponderada de número de opções de ações	-	252.784
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	11.124.811	8.460.192
Resultado diluído por ação	**0,574**	**0,712**

(i) No dia 08 de março de 2013 a Companhia efetuou sua oferta pública inicial de ações, no segmento de Bovespa Mais, compreendendo a emissão e a distribuição pública primária de 3.448.275 novas ações ordinárias, passando de 8.207.408 ações para 11.655.683 ações ordinárias. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em razão da emissão de ações ordinárias decorrentes do exercício de opções pelos beneficiários do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de fevereiro de 2008 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2012. Nesse contexto, foram emitidas 131.520 ações ordinárias passando o capital social a ser representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

28 SEGUROS

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são as máquinas e equipamentos e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

29 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros), previdência privada e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus, dependendo da modalidade de contratação de cada um.

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (“Senior Consultoria”) é a sociedade controladora da Drive Consultoria e Informática Ltda. (“Drive”), com participação de 100% sobre o capital social da investida em 31 de dezembro de 2013.

Visando a otimização administrativa e operacional, foi realizada a incorporação da Drive por sua controladora Senior Consultoria em 01 de janeiro de 2014. A presente incorporação integral tem como objetivo a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa.

As partes são empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial e com interesses e investimentos no mesmo ramo de atividade. Segundo a Administração da Companhia a incorporação trará benefícios, tanto de ordem administrativa como econômica, pois permitirá a união das forças e do patrimônio das empresas, um melhor aproveitamento dos recursos das partes envolvidas e ao aumento da sinergia empresarial.

* * * *

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Senior Solution S/A é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração. A sua constituição e a instalação foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 21/08/2013.

As atribuições e as responsabilidades do Comitê de Auditoria Estatutário estão descritas em seu Regimento Interno que contempla os deveres estabelecidos na Instrução CVM 509/2011.

O Comitê de Auditoria Estatutário baseia seu julgamento e opiniões considerando as informações recebidas da Administração, sistema de controles internos, demonstrações financeiras e os resultados dos trabalhos dos Auditores Independentes.

Durante o ano de 2013 foram realizadas quatro sessões ordinárias e uma extraordinária onde foram tratadas questões relacionadas à governança corporativa, código de conduta ética, segurança da informação, plano de continuidade de negócios, gestão de riscos, indicadores de gestão financeira e do negócio, ambiente de controles internos, incorporação de empresas adquiridas, prestação de informações ao mercado, contingências e relatos dos auditores independentes.

Demonstrações Financeiras Anuais de 2013
O Comitê de Auditoria Estatutária reuniu-se com a RSM ACAL Auditores Independentes S/S e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras de 31.12.2013 da Senior Solution S/A e de suas controladas ("Consolidado"). Com base nessas informações e de acordo com as análises e conclusões, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras da Senior Solution S/A e de suas controladas ("Consolidado"), em 31.12.2013, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 20 de março de 2014.

Luiz Antonio Guariente
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutária

George Eduardo Sá Earp
Membro do Comitê de Auditoria Estatutária

Maurício Safra
Membro do Comitê de Auditoria Estatutária

Augusto Frederico Caetano Schaffer
Membro do Comitê de Auditoria Estatutária e representante do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Diretoria da Senior Solution S.A., em atenção ao disposto no Art. 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480/2009, declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 26 de março de 2014.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Senior Solution S.A., em atenção ao disposto no Art. 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480/2009, declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Proposta de Orçamento de Capital

Nos termos do Art. 30 Parágrafo 2o do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, na Reunião do Conselho de Administração de 26 de março de 2014, a destinação dos resultados de 2013, que contemplará a distribuição de lucros no montante de R$ 1.783.791,13 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e um reais e treze centavos) na forma de juros sobre o capital próprio e a retenção de lucros no montante de R$ 4.600.303,45 (quatro milhões, seiscentos mil, trezentos e três reais e quarenta e cinco centavos) justificada com base no seguinte orçamento de capital para o exercício de 2014:

Destinação dos recursos	**Valor (R$)**	**Percentual**
Pagamento de aquisições	3.220.212,42	70%
Pesquisa e desenvolvimento	460.030,35	10%
Capital de giro	920.060,69	20%
Total	**4.600.303,45**	**100%**

Origem dos recursos	**Valor (R$)**	**Percentual**
Lucros acumulados	4.600.303,45	100%
Total	**4.600.303,45**	**100%**

São Paulo, 26 de março de 2014.